

CADERNOS AFRO MEMÓRIA

Editor

Paulo Cesar Ramos [Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisador de Pós-doutorado da Universidade da Pensilvânia. Pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP]

Equipe editorial

Gustavo Mesquita [Doutor em História pela Universidade de São Paulo e pesquisador de pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento]

Guilherme Lassabia de Godoy [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

Maria Júlia Venâncio Ananias [Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

Fillipe Alexandre Oliveira Alves [Mestrando do programa de graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador assistente do núcleo Afro-CEBRAP]

Projeto gráfico, capa e diagramação

Luiza De Carli [Bacharel em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

NÚCLEO AFRO CEBRAP

Coordenação geral

Márcia Lima [professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)]

Coordenação de projetos

Anna Venturini [Pós-doutoranda vinculada ao Programa Internacional e Interdisciplinar de Pós-Doutorado (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)]

Coordenação Institucional

Huri Paz [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)]

Coordenação de Comunicação

Poliana Martins [Pós graduada em Letras (UFMG)]

Contato

afro@cebrap.org

afromemoria@cebrap.org.br

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

R. Morgado de Mateus, 615
Vila Mariana, São Paulo – SP
CEP 04015-051



Parceria



Financiamento



Apoio



IBIRAPITANGA



Esta obra está licenciada com
uma Licença *Creative Commons*
Atribuição - Compartilhável 4.0
Internacional.

SUMÁRIO

- 5 **Apresentação**
* Flávia Rios
- 9 **A igualdade é negra: mais de 200 anos de luta negra por direitos**
* Mário Augusto Medeiros da Silva
- 13 **Chegando lá: Partidos, ideologias e demandas históricas negras nas eleições brasileiras**
* Gustavo Mesquita
- 21 **Protagonismo negro e movimento pré-constituente (1985-86) no acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa (AEL-Unicamp)**
* Aldair Rodrigues
- 33 **Trajetos do combate ao racismo religioso na política institucional brasileira**
* Fillipe Alexandre Oliveira Alves
- 37 **Mulheres negras na política brasileira: uma história de lutas à esquerda**
* Keisha-Khan Y. Perry e Edilza Sotero
- 43 **Benedita da Silva: conflito interno e a questão racial no PT dos anos 1990**
* Wescrey Portes Pereira
- 47 **A costura da memória**
* Guilherme Renan Antunes
- 51 **O PT e a militância negra, um olhar a partir do Fundo Soweto Organização Negra**
* Guilherme Godoy e Maria Júlia Ananias
- 55 **Critérios e avaliações: a participação negra nos primeiros governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro**
* Franco da Costa Nascimento
- 59 **Por uma reflexão antirracista no cenário político brasileiro de 2022**
* Gevanilda Santos

RECADADO AO LEITOR * Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.



20 DE NOVEMBRO

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Por um mundo de igualdade para as mulheres negras

APRESENTAÇÃO

por Flávia Rios

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Afro CEBRAP

2023 é o ano da reconstrução democrática. É esse o espírito que vejo na produção e publicação do Segundo Caderno Afro Memória – Representação Política. Trata-se de uma contribuição rica que se soma a essa difícil empreitada de reconstruir uma nação com valores democráticos logo após um duro e tortuoso período marcado pela desdemocratização – marcada pelo desmonte das instituições de igualdade racial, pela fragilização de suas políticas públicas, pelo negacionismo histórico (inclusive da escravidão negra!), pelo autoritarismo e pela violação de direitos humanos - durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A riqueza deste segundo caderno está tanto nos escritos do conjunto de pensadores e pensadoras que se unem para refletir sobre a questão racial e a sua relação estreita com a democracia, como está também presente na riqueza dos materiais, documentos, informações, discursos e polêmicas que alimentaram (e ainda alimentam) o debate sobre inclusão, igualdade, diversidade e política no país de maior presença negra nas Américas.

Neste volume, temos um conjunto de intelectuais, professores e pesquisadores com diferentes níveis de formação que se reúnem nesta coletânea para trazer ao público reflexões concisas e densas sobre temas e documentos da memória da igualdade racial no Brasil, cobrindo quatro décadas de ativismo e ação coletiva de mulheres e homens negros que desafiaram o mito da democracia racial e imaginaram um Estado democrático de Direito, não apenas na forma, mas também em substância, isto é, na concretude do Estado, seja na forma de valores, regras e pactos de convivência da comunidade política brasileira.

Cientes de que é preciso fazer justiça e promover o direito à memória afro-brasileira, as análises ora expostas indicam que longe de ser história acabada a produção intelectual, ativista e política dos movimentos negros, das organizações e dos políticos e militantes antirracistas se fazem presentes de diferentes formas nos ciclos democráticos do país, como bem assegura o material aqui publicado. Tais formas expressam a dimensão coletiva e organizada da política de igualdade racial no país, seja pela via da sociedade civil, seja nas franjas do Estado, ou mesmo dentro das esferas do poder instituído. Toda essa movimentação é também uma luta por representação política, como condensa o título deste Segundo Caderno Afro Memória.

O abre-alas do Caderno é uma bela apresentação do professor da Unicamp, Mário Medeiros, que faz reflexão sobre a exposição “Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência”, o autor defende que a memória é “(...) a disputa por poder na sociedade e visibilizar experiências significa produzir referências, materiais e imateriais”. Mais adiante a leitora e o leitor se deparam com o trabalho do professor do departamento de História da UNICAMP, Aldair Rodrigues, com o título Protagonismo Negro e Movimento Pré-Constituinte (1985-86) no Acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa (AEL-UNICAMP), trabalho que mostra as dimensões profundas da representação política negra, marcada pela presença minoritária, porém expressiva de Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e Paulo Paim (PT-RS), únicos deputados negros diretamente comprometidos

com à causa da igualdade racial e de seu ativismo, que conseguiram levar a cabo os ganhos constitucionais de 1988, marcados por profundas interações entre representações parlamentares e extraparlamentares.

O cuidado e zelo analíticos com os documentos e imagens do acervo do projeto Afro-Memória agora sediados no AEL são também percebidos nas análises do pesquisador Guilherme Renan Antunes, que busca na artista plástica Rosana Paulino inspiração para costurar as memórias afro-brasileiras, em particular para refletir sobre processo de catalogação do acervo da Soweto Organização Negra. Além disso, mostra o autor o quanto não estava fora do horizonte do movimento social negro organizado a disputa sobre a centralidade da questão racial internamente às organizações partidárias, desde a retomada do pluripartidarismo brasileiro.

O historiador Gustavo Mesquita recupera as demandas históricas dos movimentos negros em processos eleitorais brasileiros. Mesquita sublinha que “os negros políticos apresentaram demandas eleitorais variadas à esquerda e ao centro democrático”, indicando que nestes contextos democráticos pós ditadura militar, os movimentos negros organizados estavam muito distantes das direitas políticas. Reforçando os estudos sobre o tema que indicam que as lutas políticas nas décadas finais do século XX no Brasil se concentraram nas siglas progressistas, com forte viés para os partidos trabalhistas e socialistas.

Das demandas históricas do movimento negro, o antropólogo da Universidade Federal Fluminense, Fillipe Alves, se dedica a explorar a trajetória do combate ao racismo religioso na política institucional brasileira. Em sua análise afirma que “a incorporação do discurso contra o racismo religioso pelo movimento negro, não foi imediata”. A qualidade de seu trabalho está em mostrar como esse processo foi sendo acumulado pouco a pouco até se tornar assunto de grande importância nas bandeiras dos movimentos sociais negros das últimas décadas.

Em contraste com essa análise histórica e processual, o artigo de Wescrey Portes se concentra

num debate histórico e conjuntural que se deu nas primeiras eleições livres logo após a reforma constitucional do país. Com isso acaba por reconstruir junto à história do país o itinerário político de Benedita da Silva, que é a política negra de maior longevidade e sucesso no parlamento brasileiro. Em 1989, as disputas internas no PT tinham a figura de Benedita da Silva como possibilidade de vice-presidência da República. O que teria se passado no Brasil se esse projeto antirracista tivesse sido escolhido naquele contexto político? Que lições aquela disputa ensina ao Brasil de hoje que luta por maior representação de negros e negras na disputa eleitoral proporcional e majoritária?

Em chave analítica distinta, as professoras Keisha-Khan Y. Perry e Edilza Sotero aceitam responder a algumas dessas questões observando outras histórias de mulheres políticas no país da América do Sul. Elas recuperam os dilemas entre a esquerda política e a representação de mulheres negras. Na análise presente no artigo “Mulheres Negras na política brasileira: uma história de lutas à esquerda”, as autoras colocam o dedo na ferida criada pelas tensões entre raça, classe e gênero, debates já clássicos e difíceis de serem travados, nas relações entre movimentos sociais e partidos em contextos de disputas eleitorais.

Pelo visto, o Segundo Caderno Afro Memória tem como característica dominante voltar aos temas do movimento negro e sua luta por representação na história contemporânea brasileira, isto é, do contexto da redemocratização para frente, contando com a experiência política e o arco de alianças construído no bojo da luta contra a ditadura militar (1964-1985). Não é só isso. Há também na sua órbita reflexões sobre contextos atuais, chegando mesmo a refletir sobre processos “no calor da hora”. Esse é o teor do artigo da cientista social e militante histórica do Movimento Negro, Gevanilda Santos. Sua análise é exemplo de reflexão sobre temas candentes da nossa história atual. Ela apresenta uma análise antirracista do contexto mais desafiante da história democrática brasileira: o ano de 2022. Nada menos do que a luta entre a democracia e a barbárie! Entre os tempos sombrios do autoritarismo e a possibilidade

de reconstrução democrática. E como a questão racial entra nessa batalha? O artigo de Gevanilda Santos é farol para iluminar essa discussão. Sendo ainda mais interessante a sua leitura se as análises históricas, processuais e conjunturais, bem como as análises documentais deste volume, estiverem no horizonte da leitura.

O contexto de eleitoral de 2022 trouxe desafios ainda maiores para a democracia brasileira, posto que a batalha eleitoral organizada pela frente democrática está ganha, mas ainda está em curso uma longa guerra contra o fascismo, que coloca sob ameaça nossa democracia. De fato, o processo eleitoral de 2022 viu o crescimento da violência política e dos discursos de ódio normalizados pela extrema-direita no Brasil. Isso pôs em nosso horizonte político novos desafios que colocaram (e ainda colocam) em risco até mesmo nossa cidadania política enquanto eleitores e eleitoras!

Mais do que nunca, no confronto com a extrema direita, a conquista do progressismo brasileiro leva consigo uma riqueza importante: o trunfo de ser a nação que apresenta um grande ativismo político antirracista, consistente e historicamente relevante na democracia do país.

Relembrar esse histórico, no entanto, não significa eximir-se das desigualdades persistentes na vida social e política do país. Por isso, mais uma vez, a importância do Segundo Caderno Afro Memória trazer evidências e registros históricos das lutas políticas em torno da questão racial que tiveram lugar em diferentes momentos e com figuras particularmente relevantes no cenário político brasileiro até os dias atuais.

Se a leitora ou o leitor abrirem as páginas dos arquivos expostos neste caderno, notarão rapidamente que denúncias de desigualdades raciais nos primeiros e segundos escalões dos governos empossados após o resultado eleitoral de 1982, a primeira eleição pluripartidária depois da ditadura militar, são muito parecidas com aquelas que se fazem presentes nos jornais de hoje. Ou seja, 40 anos depois quase nada mudou!

A luta por uma verdadeira democracia plurirracial no país defendida anos atrás pela militância negra e antirracista se faz ecoar ainda nos tempos

presentes. Olhar essas demandas do passado com as lentes do presente não nos coloca em posições melhores para mirar o futuro, contudo, nos indica que nossos desafios de radicalizar a democracia são gigantescos e incontornáveis. Indica mais: não nos cabe nenhuma outra posição política senão aquela dita pelo filósofo radical Cornel West: Não sou de forma alguma um otimista (...) sou um prisioneiro da esperança”. De certa forma, essa também é a mensagem que nos deixa essa coletânea que abre o ano de 2023. Por essa e por outras, todos os esforços coletivos envolvidos na produção do Segundo Caderno Afro Memória se somam à reconstrução democrática do Brasil.

Pré-carnaval, Baía de Guanabara.



10º ENCONTRO
NACIONAL
DO PT

8 - 19 - 20
AGOSTO - 1995
GUARAPARI-ES

O 10º ENCONTRO
NACIONAL DO PT
É DEDICADO
À RESISTÊNCIA NEGRA
NOS 300 ANOS DE ZUMBI





biwive

III Encontro De Entidades Negras

Sul

Sudeste

ORGANIZAR PARA

TRANSFORMAR

RUMO AO ENCONTRO NACIONAL

DIA: 06/SETEMBRO/1990

LANÇAMENTO DA REVISTA: EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.

LOCAL: PRAÇA COSTA PEREIRA-14h

DEBATE: CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES., - 18 h .

DIAS: 07, 08 e 09/SETEMBRO/1990

DEBATES: CALIR (VIANA-ES)- 08h

INFORMAÇÕES:

TEL.: (027) 236-1747 -

CALIR-VIANA-ES.

BR 262, KM7

DIA 07/09

1990. VITÓRIA / ES



A IGUALDADE É NEGRA: MAIS DE 200 ANOS DE LUTA NEGRA POR DIREITOS

por Mário Augusto Medeiros da Silva

Departamento de Sociologia (Unicamp), membro do Projeto Afro Memória, diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e curador da Exposição *Memórias do Futuro*.

A exposição Memórias do Futuro

A exposição *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* (<http://memorialdaresistenciasp.org.br/exposicoes/memorias-do-futuro/>) foi inaugurada em junho de 2022 no Memorial da Resistência de São Paulo. Ocupa todo um andar de 689 m2 do prédio. Numa temporalidade que se inicia antes do período da Abolição de 1888 e alcança o ano de 2022, apresenta 450 materiais entre fotos, cartazes, documentos textuais, audiovisuais, oriundos de instituições de preservação de memória e pesquisa como o Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp, Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Condephaat – Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, CEDIC-PUC/SP, Museu da Cidade de São Paulo, Museu da Imagem e do Som e Fundação Padre Anchieta.

Contou com obras cedidas pela Pinacoteca do Estado de SP e por artistas como João Pinheiro, Bruno Baptistelli, Geraldo Filme, Moisés Patrício, Jesus Carlos, Sidney Amaral, Wagner Celestino,

Renata Felinto, Soberana Ziza, No Martins. Também importa destacar a colaboração de organizações como a Coalizão Negra por Direitos, Capulana Cia. De Arte Negra, Revista O Menelick II Ato, Ilú Obá de Min, que cederam diferentes documentos para a exposição, que ficará aberta até maio de 2023. Seu catálogo digital está disponível para ser baixado gratuitamente no seguinte endereço: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/catalogo-digital-memorias-do-futuro/>

Procurou-se fazer valer na exposição a ideia de que Memória Social tem, entre outros sentidos, a disputa por poder na sociedade e visibilizar experiências significa produzir referências, materiais e imateriais. O que nós, no tempo presente, desejamos selecionar do passado e afirmar que nos importa hoje para o futuro. A importância da difusão de referências de memórias coletivas negras faz parte de uma ação antirracista: a exposição foi pensada em meio à pandemia de COVID 19 e posteriormente ao assassinato do

cidadão estadunidense George Floyd, em maio de 2020. A mobilização internacional antirracista e anticolonialista de diferentes movimentos negros e solidários também alcançou o Brasil num dos piores momentos da pandemia. Não faltaram, no entanto, questionamentos se em nosso país o movimento negro teria a mesma capacidade de mobilização política que seus semelhantes, especialmente nos EUA. A exposição, neste sentido, é uma resposta eloquente sobre mais de 140 anos de mobilização política por direitos da população negra, apenas em São Paulo.

Da mesma forma, *Memórias do Futuro* é uma ação irmanada ao *Projeto Memória Afro* que se responsabiliza pela edição deste Caderno e tem como horizonte a preservação da memória de organizações negras e seus intelectuais e ativistas no país, nos últimos 50 anos. A salvaguarda dessas memórias visa produzir referências para o tempo futuro e se somar à luta antirracista em que a batalha pela representação da memória social é fundamental. Lutar contra os mecanismos racistas de apagamento e invisibilização históricas constitui-se numa ação antirracista de enorme importância.

Os sentidos das memórias do futuro: do século XVIII ao XXI¹

As experiências de vidas negras em São Paulo sempre imaginaram, a partir de seus tempos presentes, futuros melhores. Isso significou, muitas vezes, lutas contra diferentes formas de violências e silenciamentos organizados pelo racismo e a discriminação. Também significou a afirmação da vida, acima de tudo, e a busca pelo respeito aos direitos que deveriam ser de todos.

O futuro foi concretizado, materializado em marcas que ainda hoje nos alcançam nas paisagens da cidade e do estado. Além disso, não se trata de um tempo linear e retilíneo. O tempo

dessa imaginação é circular e se dobra sobre si mesmo, espelhando-se, nos convidando a olhar com atenção as marcas de permanência, continuidades e mudanças das vidas negras que o construíram.

As marcas da São Paulo colonial, construídas por mãos negras, por mestres de cantaria como Tebas, conversam com monumentos, edifícios e lugares de memória do século XX e XXI, reivindicados como espaços negros da cidade. A imprensa negra de nossos dias, veiculada pela internet e redes sociais, homenageia e continua projetos iniciados antes da República e em meio à Abolição, que atravessaram o século XX em papel, de mão em mão, em bailes e associações.

As demandas por educação, saúde, moradia digna, direito à cidadania e à cidade que são palavras de ordem hoje têm uma longa história de reivindicações, ativismos, projetos e organizações coletivas por trás. “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”: esta afirmação forte é um desafio de décadas imposto ao país que nega a discriminação e o preconceito racial, seja em períodos autoritários e ditatoriais ou de intervalos democráticos e de respeito às diferenças. A chama do levante negro por seus direitos é incessante.

Em todos esses períodos, os associativismos e movimentos negros sempre estiveram lá. E é importante reconhecê-los, homenageá-los e aprender com essas vidas negras impressionantes. Elas lutaram para existir em um tempo melhor. Ao fazer isso, pensaram em si e em seus descendentes. Em nós, de maneira ampla, pois isso é a prática do antirracismo. Também é importante nos perguntar sobre os apagamentos e invisibilidades históricas contra os quais aquelas experiências negras se bateram. Por que as desconhecemos? Por que nunca ouvimos falar de algumas das histórias, lugares, pessoas, grupos que aparecem aqui? De suas vidas exemplares e suas ações extraordinárias?

A circularidade do tempo não significa que inexistam avanços. Pelo contrário: essa espiral de experiências vitais e de lutas radicais produziram um longo fio da memória coletiva negra.

¹ Esta parte do texto é uma versão modificada da introdução escrita pelo curador para a apresentação da exposição física e do catálogo.

Viva, radiante e que precisa ser conhecida, debatida e compartilhada por todos nós.

Essa exposição também é um ato de realização de Justiça e de direito à memória social. É muito adequado que o Memorial da Resistência de São Paulo a abrigue, considerando seu nome e sua história. E numa das imagens fortes que o visitante encontrará, verá a performance de um *Sàngó/Xangô*, do grupo Ilú Obá de Min, representando o orixá da justiça com seus machados incandescentes à mão, ocupando as ruas do centro da cidade. A luta por direitos é incessante, justa, pública e encontrará a sua vitória, através de nossas ações e nossos compromissos antirracistas públicos, com relação ao passado, presente e ao futuro. Também é desafiadora a arte de Soberana Ziza, no painel no exterior do Memorial, inspirada na força das palavras das mulheres negras de Geledés: “Afinal, o século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos”.

Muitas vidas negras, de diferentes idades, foram ceifadas por diferentes formas de violências (física, psicológica, institucional, pela indiferença social e do Poder de Estado e governos). A vida negra atravessou períodos autoritários e democráticos, resistindo pela força da solidariedade de suas famílias, comandadas muitas vezes por mulheres negras, em espaços coletivos e pela coragem de todos que se negaram a ser o que a discriminação, o preconceito e o racismo reduzem a experiência humana.

As *Memórias do Futuro*, título desta exposição, mostram diferentes experiências coletivas que se organizam neste fio, formando conexões de lutas por direitos, solidariedade antirracista e afirmação da vida negra como forma de resistência. Mulheres negras e homens negros que dialogam conosco mostrando seus caminhos criados e imaginados em coletivo, buscando alternativas, lutando ontem, hoje e sempre por dias melhores. Não basta não ser racista: é necessário ser antirracista. Conheçamos um pouco da história da vida negra de São Paulo e suas lutas, vitórias, alegrias e dores. O presente e o futuro exigem muito dessa coragem de todas e todos nós.

Duas últimas questões devem ser apontadas. A

primeira trata dos variados significados de representação política. Ocupar os espaços públicos é uma história política fundamental da população negra, por meios de associações, grêmios recreativos, sociedades beneficentes, de baile, jornais negros, teatros negros, literatura negra. Também através de associações e partidos reivindicativos ou na mesma proporção em que corpos negros ocupam as vias públicas por festas, danças – das romarias e sambas, passando por bailes black ao hip hop. A história repressiva brasileira, presente em arquivos como os do DEOPS, mostram o quanto a vigilância política esteve presente na vida negra paulista, fosse por suas organizações ou autoridades religiosas (terreiros e centros com objetos apreendidos) ou por assassinatos, prisões e torturas. E raramente tratamos disso.

Outro ponto diz respeito à necessidade de ações antirracistas das instituições de preservação da memória pública. Realizar a pesquisa para a exposição demonstrou o quanto urge a discussão sobre inventários, catálogos, metadados e a produção de instrumentos de pesquisa que ajudem na visibilização de materiais que se encontram dispersos em arquivos, em meio a fundos, coleções, séries etc. que ou são conhecidos apenas por especialistas e iniciados ou são absolutamente desconhecidos em geral, fazendo do trabalho da pesquisa uma atividade redobrada de garimpo. O mérito da pesquisa se faz tão evidente quanto a ação institucional de ocultar informações, consciente ou inconscientemente, soterrando-a entre estantes, salas e instrumentos não atualizados de consulta em arquivos. Está aí mais um campo de disputa da memória social e das possibilidades de produção de referências para o presente e futuro. ♻️

MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA PELA CANDIDATURA LULA

POR UMA FRENTE NEGRA PRÓ-LULA

A VITÓRIA DE LULA É A VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO

LULAXÉ PELO FIM DO RACISMO

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA INICIATIVA:

. Constituir uma frente negra pró-Lula, com objetivo de reunir a militância negra progressista num movimento que amplie a base de sustentação da candidatura;

. Fazer uma ampla divulgação, entre a população negra, do Programa da Frente Brasil Popular, sobretudo aquelas propostas dirigidas à questão racial;

Organizar brigadas de militantes negros, visando dirigir a campanha de forma mais direta à população negra;

. Divulgar amplamente o compromisso histórico do Partido e do Candidato com a Luta Anti-Racismo.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES:

. Realização de atos públicos pró-Lula, reunindo artistas negros, grupos de capoeira, grupos de canto e dança, grupos afro, artistas populares e militantes negros com o objetivo de manifestar o apoio da militância negra à candidatura, bem como difundir o Programa da FBP;

. Organização de brigadas de militantes negros com o apoio de grupos culturais para atuação em locais de grande concentração de negros, bem como em estações ferroviárias, do metrô e outros locais de grande concentração de pessoas;

. Realização de pequenos showmícios em favelas, morros, etc, com grupos culturais;

. Realização de grandes panfletagens nas quadras de escolas de samba, bares negros e outros espaços de lazer da população negra;

Definição do dia 7 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização da População Negra pela Candidatura Lula.

TAREFAS IMEDIATAS:

. Participação na reunião de militantes negros programada para a próxima sexta-feira, com o objetivo de levar a proposta da Frente Negra. Esta reunião será realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar a "marcha em preto e branco", marcada para o dia 7 de dezembro;

Definição de um manifesto negro pró-Lula, que deverá servir de instrumento básico da Frente Negra;

14 . Programação de um grande ato público, em São Paulo, no dia 7, acompanhado de atividades setoriais nos dias 6, 7, 8 e 9 de dezembro naqueles locais já definidos.

CHEGANDO LÁ: PARTIDOS, IDEOLOGIAS E DEMANDAS HISTÓRICAS NEGRAS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Gustavo Mesquita

Pesquisador de pós-doutorado do Afro-Cebrap e doutor em história social pela USP.

Na história republicana brasileira, os negros fizeram demandas em períodos eleitorais e para governos eleitos coletivamente a partir de sua organização como movimento social e reivindicatório. Foi com essa organização política que o movimento negro procurou dar voz na esfera pública a parte expressiva dos cidadãos negros e sua vontade, suas aspirações e seus interesses. Nas fileiras mais combativas, o movimento negro situa-se no campo político da esquerda pelo menos desde os anos de ditadura militar (1964-1985) e criação de organizações civis como a Convergência Socialista, o Movimento Negro Unificado, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores. Contudo, o mais adequado seria falarmos em *esquerdas*, mesmo que haja alguma unidade elementar entre as

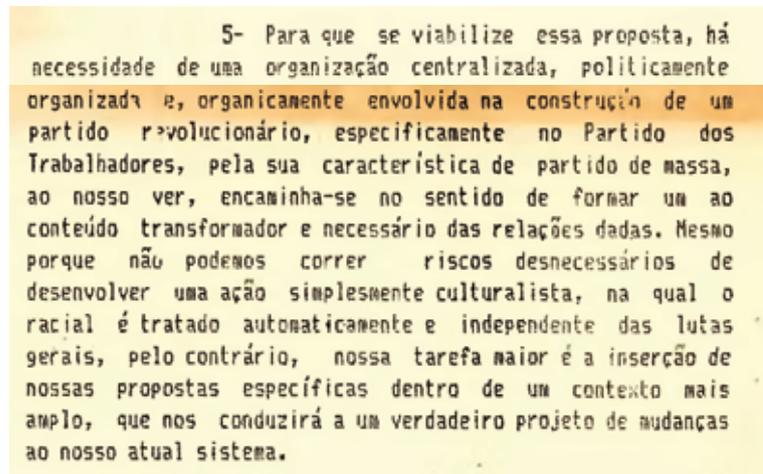
organizações, pois o espectro ideológico com o qual o movimento negro se identifica é formado por variações da esquerda ao centro, entre comunistas, socialistas, social-democratas e progressistas anticomunistas.

As demandas sociais negras estão relacionadas historicamente ao campo político da esquerda e suas variadas correntes. Entre fins dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80, durante a transição de regime para a democracia, o movimento negro entendeu ser crucial a somatória de esforços com outras organizações de esquerda para que conseguissem agregar interesses populares, dos trabalhadores e da população negra indistintamente.¹

¹ RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*: n. 85, pp. 41-79, 2012.



Análise de estratégias políticas da Soweto Organização Negra nos anos 1980



Com ação coletiva coordenada e árduo trabalho de lideranças negras, determinados partidos políticos incluíram a demanda do combate nacional ao racismo, bem como alguns (poucos) líderes negros em seus quadros organizativos. Assim o fizeram, sobretudo, o PT, o PDT e o PMDB ao longo dos anos 80. Ao mesmo tempo, na construção de estratégias de organização política, setores importantes do movimento negro chegaram ao consenso de que a composição mais socialmente enraizada com o PT se tornaria o principal canal de expressão das demandas negras dali em diante. Os acervos recuperados pelo Afro-Memória trazem documentos elucidativos do processo de organização político-partidária em consonância com demandas sociais negras.

Agora parte integrante de partidos políticos que conquistaram expressão nacional, os negros políticos apresentaram demandas eleitorais variadas à esquerda e ao centro democrático. Mas, em termos ideológicos, o socialismo teve espaço considerável nos partidos mais à esquerda ao longo dos anos 80 e 90. As demandas no sentido socialista vieram acompanhadas da defesa do governo de orientação popular, da forte participação social e da igualdade social entre todos

os grupos étnico-raciais do País. Para os negros, o socialismo faria lembrar simbolicamente as lutas travadas no Quilombo dos Palmares, ou seja, havia a luta de classes mas também a de raças a ser travada naqueles anos de 1980 e 1990. O socialismo deveria ser soerguido no Brasil junto com a luta antirracista e a solidariedade étnico-racial entre brancos, negros, mestiços e indígenas.² Embora não apoiadas por todos os líderes negros – alguns dos quais mais próximos da social-democracia ou do progressismo –, essas ideias socialistas orientaram não só demandas eleitorais mas candidaturas, campanhas e programas políticos de cargos eletivos com grande apoio das frentes negras dos partidos de esquerda. Na década de 1990, o PT destacou-se dos demais partidos políticos, tornando-se aquele em que demandas negras à esquerda pareciam ter mais viabilidade e poderiam ser atendidas pelo menos parcialmente.

Uma importante demonstração de apoio à candidatura do PT à presidência da República foram as campanhas do *Lulaxé contra o racismo*, correndo em paralelo às reivindicações

2 FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*: n. 2, 1988.



Frente Negra Gaúcha em apoio à candidatura de Olívio Dutra (PT), 1998

elaboradas pelos negros e para os negros. Manifestos foram produzidos pelo Movimento Negro Pró-Lula na tentativa de mostrar ao eleitorado negro de todo o Brasil a importância de votar em uníssono no candidato do PT na eleição presidencial. O *Lulaxé contra o racismo* aconteceu nas eleições presidenciais de 1994, 1998, 2002, quando Lula venceu e enfim chegou ao poder, e ainda mais adiante. Como mostram as evidências documentais, a convergência entre o PT, lideranças negras e setores importantes do movimento negro foi justificada pelo compromisso que o partido e a candidatura presidencial de Lula fizeram com a luta antirracista, e isso era demonstrado de forma a todos verem nos períodos eleitorais e de campanha. Pode-se dizer que a aproximação com o PT na década de 80 cresceu e se transformou numa aliança política nos anos seguintes. Nesse sentido, as demandas negras avançaram, alcançaram expressão político-partidária e ficaram mais claras ao eleitorado nacional.

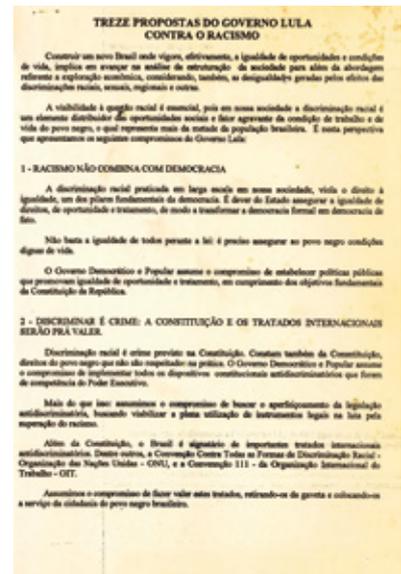
As reivindicações feitas ao longo da trajetória de Lula em busca da presidência da República acabaram não tendo conteúdo integralmente socialista, no sentido ortodoxo de pôr fim definitivo à luta de classes. Assim como os planos de governo do PT, as reivindicações foram ao encontro do



Manifesto à população negra, 1989



Mobilização da população negra pela candidatura pró-Lula, 1994



Treze propostas do governo Lula contra o racismo, 1994



Manifesto: a CONEN e as eleições de 2002



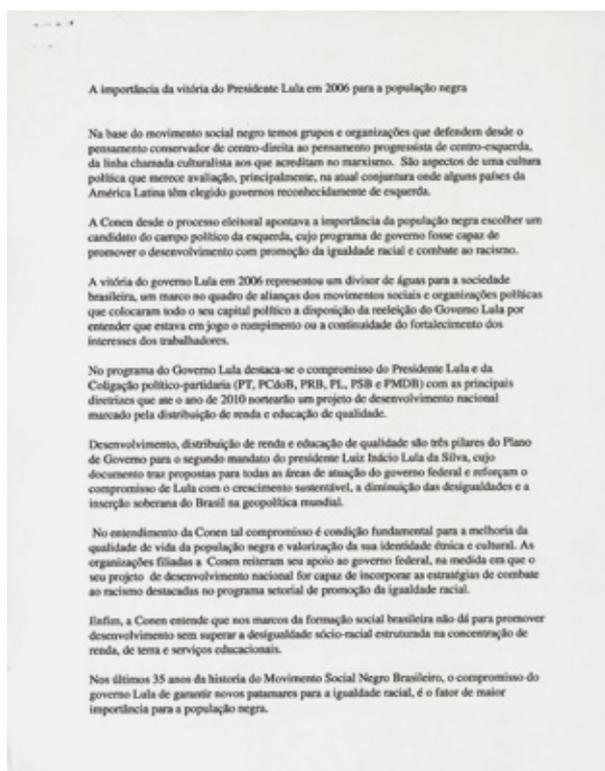
Carta de Salvador – A CONEN e as eleições de 2006: desenvolvimento com promoção da igualdade racial e combate ao racismo

processo, já em curso, de democratização da sociedade brasileira. Mas essa luta, na visão orgânica negra, passava diretamente pelo combate às desigualdades geradas pela discriminação racial a que os negros são submetidos cotidianamente. Portanto, da primeira tentativa presidencial de Lula à sua primeira vitória em 2002, as principais reivindicações negras concentraram-se em eixos considerados estratégicos para a luta antirracista, a saber: direitos humanos, inclusão social, políticas públicas sociais e ações afirmativas. A construção da cidadania plena para a população negra, ao contrário do estado de sub-cidadania em que se encontrava, nortearia as novas reivindicações negras à medida em que o PT de Lula se aproximava da vitória presidencial. Tinha-se por objetivo vencer as eleições e implantar políticas que realizassem as mudanças desejadas, considerando demandas históricas negras.

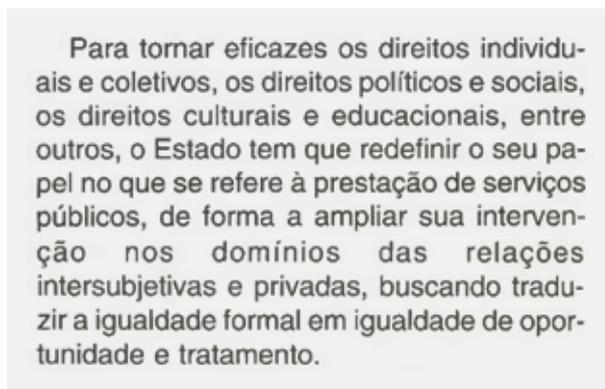
Muitas lideranças e organizações negras colocaram-se seguidas vezes contra as candidaturas do PSDB nas eleições presidenciais de 1994, 1998, 2002 e 2006, disputadas por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Geraldo Alckmin de modo consecutivo. Na visão das entidades negras, a esta

altura bem mais organizadas e fortes do que na época da transição política, o PSDB e suas candidaturas presidenciais não tinham compromisso sério com as demandas históricas negras. Representariam o programa internacional do neoliberalismo, cuja implantação no Brasil não só entraria em conflito com os interesses organizados da população negra, como diminuiria a força de organização institucional desses mesmos interesses. Na avaliação das entidades, a população negra estava conseguindo constituir-se em grupo de interesse com expressão político-institucional e, diante das alternativas presidenciais, a escolha pela continuidade da aliança política com o PT seria muito mais racional e acertada do que mudar o apoio rumo às consecutivas candidaturas de centro-direita e direita do PSDB.

Os governos de FHC haviam atendido aspectos tópicos ou específicos das demandas negras em eleições presidenciais, somente aqueles que podiam ser abordados de forma liberal e reformista pela implantação de programas de direitos humanos e cidadania. Tinham por objetivo preparar o terreno para o que consideravam como sendo o aperfeiçoamento da igualdade de



A importância da vitória do presidente Lula em 2006 para a população negra



Trecho de Carta de Salvador – A CONEN e as eleições de 2006: desenvolvimento com promoção da igualdade racial e combate ao racismo

oportunidades em bases competitivas mais justas e democráticas.³ Havia para isso mudado aspectos importantes do paradigma de relações raciais brasileiras, transformando o ideal de democracia racial em algo mais plausível e facilitador do ponto de vista da gestão de políticas públicas com recorte racial: a associação entre pretos e pardos passaria a prevalecer na arquitetura institucional do Estado brasileiro a partir de então.⁴ Entretanto, após a ascensão de Lula ao poder, as reivindicações negras mudaram de patamar e atingiram níveis bem mais altos de pressão sobre o governo. Não se tratou de descontinuar as primeiras políticas afirmativas implantadas pelo PSDB, mas de acelerar o processo democratizante ampliando a participação política da população negra e, ao mesmo tempo, considerando muito mais demandas históricas negras do que os governos de FHC haviam feito.

A tese de que a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os negros, a qual exige reparação social, ganha centralidade a partir de 2003, primeiro ano de governo Lula. O entendimento de que a pobreza e a desigualdade abissal entre brancos e negros estão associadas à discriminação racial contra os negros impele a defesa de que o Estado implemente medidas efetivas de combate a este círculo vicioso de discriminação, pobreza e desigualdade. As entidades negras que participaram do governo, sob a coordenação da então recém-criada Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), demandam medidas transversais que permeassem todas as instituições democráticas, ao contrário de medidas tópicas ou isoladas como no passado.

As medidas exigidas foram na direção dos eixos estratégicos já assinalados. Nos períodos de eleições gerais para presidente, senadores, deputados e governadores, o movimento negro pautou as eleições apresentando uma agenda que

3 JACCOUD, Luciana; Beghin, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

4 HTUN, Mala. From “Racial Democracy” to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. Latin American Research Review: Vol. 39, No. 1, pp. 60-89, 2004.

continha medidas fundamentadas na transversalidade. Vale destacar primeiro as mais amplas e que foram defendidas com mais ênfase ao longo dos anos 2000: reconhecimento, demarcação e titulação das comunidades e terras quilombolas; reorientação do orçamento público levando em conta políticas de promoção da igualdade racial; reestruturação da Seppir de status ministerial para Ministério da Igualdade Racial, com fortalecimento institucional; articulação das temáticas de gênero e raça nas políticas públicas sociais como forma de combater a superexploração das mulheres negras; ampliação da política externa do Brasil para países da África e América Latina; implementação da Lei 10.639 de ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica, entre outras medidas.

As demandas negras eram apresentadas ao governo de forma organizada, contínua e incansável. De forma mais específica, pode-se ressaltar políticas e projetos de lei pelos quais setores importantes do movimento negro lutaram. Entre eles estava a lei de cotas no acesso às universidades públicas; a lei do Estatuto da Igualdade Racial; os Programas Brasil Quilombola, Bolsa Família e Universidade para Todos; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; e a lei do dia nacional de consciência negra.⁵ Essas e outras demandas fizeram parte do cotidiano de negociação política e institucional dos setores do movimento negro que conseguiram chegar ao poder ao lado de Lula. Eram debatidas de forma democrática, e aos representantes das demandas negras interessava a expansão e o aprimoramento das políticas já conquistadas, como nos dão uma amostra, bastante instigante, os documentos a seguir. ♻

5 Lima, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP*: n. 87, pp. 77-95, 2010.

O PRESIDENTE LULA RECEBE A COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS - CONEN

Uma audiência histórica entre o Presidente da República e a Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN ocorreu na última quarta-feira, dia 26 de agosto de 2009 no Gabinete da Presidência no Centro Cultural do Banco do Brasil em Brasília. Num reconhecimento inequívoco, por parte do maior dirigente do país de que a questão racial em nosso país não é um porão encerrado em nossa história. A audiência ocorreu no Gabinete da Presidência no Centro Cultural do Banco do Brasil em Brasília.

Num clima amistoso, o Presidente Lula, ouviu por cerca de uma hora a Direção Política Nacional da CONEN, participaram da Audiência o Ministro Chefe da SEPPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Edson Santos, assessores da Presidência e da SEPPPIR.

Na audiência ficou claro para todos os presentes, o protagonismo político da CONEN na construção da SEPPPIR, na formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, na luta política de combate ao racismo no Brasil. Ao conceder esta audiência, o Presidente Lula reconhece publicamente a importância da CONEN na linha de frente do Movimento Social Negro no Brasil.



A CONEN levou para esta audiência com o Presidente Lula, temas atuais e importantes para a agenda política nacional, de um país, ainda dilacerado pelo racismo, pela intolerância religiosa, o machismo e a homofobia. Na pauta foram apresentados pontos fundamentais para a consolidação de uma política de Estado que

aponte a promoção da igualdade racial de fato e de direito, uma política que não se fragilize aos ventos e gostos da política nacional brasileira, dentre eles destacamos:

- 1 - Estatuto da Igualdade Racial
- 2 - Projeto de Lei - PLC 180 - que trata das Cotas Raciais e Sociais
- 3 - Titulação das Terras Quilombolas
- 4 - Feriado Nacional - 20 de Novembro
- 5 - FESMAN - Festival Mundial das Artes Negras - Dezembro de 2010
- 6 - Fórum Social Mundial - Senegal - 2011
- 7 - PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- 8 - Religiões de Matriz Africana
- 9 - Eleições 2010
- 10 - Navio Petrobrás João Cândido - Centenário da Revolta da Chibata
- 11 - Acordo Brasil e o Vaticano (Santa Sé)
- 12 - Relações Brasil - América Latina - África
- 13 - Visita de Obama ao Brasil
- 14 - Marco Regulatório do Pré-Sal

Sensível, o Presidente Lula demonstrou lucidez e uma conectividade com nossas reivindicações que somente um estadista preocupado com o futuro do país que governa tem. A disposição política em buscar formas de avanços na implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, marcou fortemente as intervenções do Presidente, que não poupou demonstrações de elevada preocupação com a necessidade de assegurar a continuidade de uma política de Estado que não se fragilize ao sabor do fazer política em nosso país. Lula demonstrou e declarou sua disponibilidade em construir com este coletivo caminhos para solucionar os entraves políticos e superar os desafios que esta agenda impõe ao Brasil. A CONEN sabe que este é apenas o começo de uma interlocução histórica entre estado e sociedade civil, onde o tema - espinhoso e difícil dada as suas peculiaridades e susceptibilidades, é difícil de lidar.

Lula nos deu respostas objetivas e concretas, ele envolveu a SEPPPIR nesta construção, deixando bem claro sua disposição em atender reivindicações históricas do movimento negro. all



O presidente Lula recebe a CONEN

RUMO À II CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (II CONAPIR). DE 25 A 28 DE JUNHO
 Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília

UNIR A NAÇÃO CONTRA O RACISMO,
 PELAS COTAS E PELO ESTATUTO. MENOS
 JUROS, MAIS EMPREGO E MAIS SALÁRIO














13 de Maio: Vitória de Zumbi dos Palmares

Rumo à II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*: n. 2, 1988.

HTUN, Mala. From “Racial Democracy” to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. *Latin American Research Review*: Vol. 39, No. 1, pp. 60-89, 2004.

JACCOUD, Luciana & Beghin, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP*: n. 87, pp. 77-95, 2010.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*: n. 85, pp. 41-79, 2012.

...esso e a igualdade racial

Um dos momentos mais salientes e emocionantes do Congresso, fora o encontro que se realizou de República, Profissão de Fianças, finalmente, com o Ministério “Povo Negro brasileiro” sendo nomeado de “Povo Brasileiro” dentro do novo Conselho de Defesa da Raça Negra, de onde saiu o atual Conselho de Defesa da Raça Negra, de onde saiu o atual Conselho de Defesa da Raça Negra, de onde saiu o atual Conselho de Defesa da Raça Negra...

Pelo desenvolvimento do país, fortalecimento do PAC, por mais empregos e melhores salários

Entre os resultados do II Congresso do CNAB destacamos a decisão pela criação e implementação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), impulsionado pelo governo Lula e coordenado pelo ministro da Casa Civil, Edson Bessa. A mesma entidade está estagiando no lado pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil, por políticas públicas que visem à geração de mais empregos e melhores salários para todos, particularmente para os trabalhadores da comunidade negra.

A comunidade negra espera se beneficiar com um amplo programa de crescimento do país, como o PAC que prevê investimentos no setor de obras de R\$ 500 bilhões em infraestrutura até 2010.

“O governo iniciou investimentos e programas de habitação “Minha Casa, Minha Vida”, sem permitir de momento a redução de salários em toda a país.

“Investimentos em infraestrutura e programas de habitação “Minha Casa, Minha Vida”, sem permitir de momento a redução de salários em toda a país.

Investimentos em infraestrutura e programas de habitação “Minha Casa, Minha Vida”, sem permitir de momento a redução de salários em toda a país.

Saúde que melhora para quilombos

Estados de Minas, comprometido pela Secretaria de Saúde Quilombola do Estado de Minas Gerais, mobilizada imediatamente governamentalmente nas comunidades quilombolas, que inclui a criação de Centros Quilombolas, atenção que vem sendo no Programa Estadual de Saúde (PES) que queramos com a qualidade e o rigor julgamento está prevista para breve.

Estado, que também é do Estado de Minas Gerais, mobilizada imediatamente governamentalmente nas comunidades quilombolas, que inclui a criação de Centros Quilombolas, atenção que vem sendo no Programa Estadual de Saúde (PES) que queramos com a qualidade e o rigor julgamento está prevista para breve.

Estado, que também é do Estado de Minas Gerais, mobilizada imediatamente governamentalmente nas comunidades quilombolas, que inclui a criação de Centros Quilombolas, atenção que vem sendo no Programa Estadual de Saúde (PES) que queramos com a qualidade e o rigor julgamento está prevista para breve.

Eduardo Ferreira de Oliveira

Chefe de Gabinete do Estado de Minas Gerais

Principais propostas da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, para a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.

- ✓ **A criação de uma Secretaria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com dotação orçamentária e estrutura administrativa, para a formulação, articulação e coordenação destas políticas no Governo de São Paulo.**
- ✓ **Exigir dos Deputados e Deputadas de nosso estado um compromisso: aprovar o Estatuto Estadual da Igualdade Racial que, por uma iniciativa do Deputado Vicente Cândido, está em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo.**
- ✓ **A implementação da lei 10.639/03 no Estado de São Paulo, que inclui o estudo da história da África e dos Africanos e a luta dos negros no Brasil, nos estabelecimentos do ensino médio e fundamental. Criar um Núcleo de Implantação e Acompanhamento da Lei 10.639/03 dentro da Coordenação de Educação e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria Estadual de Educação.**
- ✓ **A reestruturação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, com a meta de agilizar a demarcação, a regularização fundiária e a titulação das terras quilombolas.**
- ✓ **Acompanhando o que acontece na capital e em várias cidades do interior do Estado, a Conferência propõe a Assembleia Legislativa e ao Governo, tornar o 20 de Novembro, o dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem ao herói nacional Zumbi dos Palmares, feriado estadual no Estado de São Paulo.**

Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN/SP

Principais propostas da CONEN



VAMOS À LUTA

VAMOS ELEGER

**UM TRABALHADOR
NEGRO PARA
A CONSTITUINTE**

Gê, Flávio e Madruga convidam...

Dê uma força para a campanha eleitoral de **MILTON BARBOSA**, candidato a DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE Nº 1322, pelo Partido dos Trabalhadores.

Participe de um almoço no dia 21/09/86, domingo, a partir das 13:00 hs., na Rua Oliveira Melo, nº 1121 no Ipiranga.

CONTRIBUIÇÃO: Cz\$ 50,00

Essa rua fica na altura do nº 5.000 na Rua Vergueiro. Para chegar lá pegue o ônibus IPIRANGA/POMPÉIA na Av. Paulista ou então o JARDIM DA SAÚDE na Estação Vila Mariana do Metrô. Peça para descer próximo ao Supermercado Bom Preço. Se ficar perdido ligue para o telefone 63-9360 e fale com Gê ou Flávio.

Salvador, 29.08.85

Companheiros:

Enviamos, com indesculpável atraso, nomes de militantes que possibilitam a ida à "Jornada da Constituinte" em novembro. Não temo a falta do nome do evento mas vocês sabem a que nos referimos.

Eis a relação:

- Luis Alberto do Santos
- Ana Célia de Siqueira
- Luiza Helena Baimas
- Valdeci Pedreira
- Lúcia do Espírito Santo.

até,

Jornadas
M. M. V. - B.

**JORNADA DO NEGRO PELA
ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE
19 A 23 DE NOVEMBRO / 85**

**Promoção: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
E IFCH - UNICAMP**

O NEGRO NA CONSTITUINTE

Na abertura do processo de democratização do país, a comunidade negra, permanentemente marginalizada das decisões políticas, sente a necessidade de contribuir decisivamente para o avanço e consolidação da democracia brasileira, viabilizando suas próprias reivindicações.

Os negros, metade da população brasileira, têm ficado fora da história. Foram alijados de todos os debates e decisões importantes, por razões, primeiramente, ligadas à escravidão e suas sequelas, depois, devido a suas precárias condições de vida, originadas pelo desemprego, o não acesso à educação e finalmente, pela descaracterização e falta de um referencial cultural e histórico que impediram a sua organização.

Tal situação tem perpetuado no Brasil, uma rígida hierarquia social oriunda da divisão racial do trabalho, uma desigual distribuição da riqueza e, por isso mesmo uma partilha desigual do poder.

É por estas razões que conclamamos todos os democratas, os estudiosos, os trabalhadores, as mulheres e principalmente os NEGROS de Campinas e do Brasil a cerrarem fileiras nesta "JORNADA DO NEGRO PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE", participando, discutindo, propondo formas de mudança, desmascarando e denunciando o racismo, superando-o concreta e corajosamente, de modo a abrir caminhos para uma democracia duradoura e por um Brasil melhor para todos os brasileiros.

Contamos com você e os seus. Até a Jornada.

Saudações fraternais.
Reginaldo Bispo e
Luiz B. L. Orlandi
Coordenadores

PROTAGONISMO NEGRO E MOVIMENTO PRÉ-CONSTITUINTE (1985-86) NO ACERVO REGINALDO BISPO E MARGARIDA BARBOSA (AEL-UNICAMP)

Aldair Rodrigues

Professor do departamento de História da UNICAMP.

Apesar de avanços importantes nos últimos anos, o papel do movimento negro no processo de reabertura política que culminou na Constituição de 1988 ainda tem pouca visibilidade na história da democracia brasileira. O acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa, militantes do MNU paulista residentes em Campinas,¹ permite a superação

parcial deste quadro ao oferecer documentos sobre as grandes mobilizações políticas de entidades negras nos anos 1985 e 1986 pela Constituinte. Apesar de importante, essa dimensão cronológica da redemocratização é bem menos conhecida do que os acontecimentos de 1987 (Assembléia Nacional Constituinte-ANC) e de 1988.

O olhar atento para o dinamismo político do contexto Pré-Constituinte pode relativizar o pessimismo decorrente do fato de apenas quatro pessoas negras engajadas na luta pela igualdade racial terem sido eleitas para a ANC de um total de 559 congressistas: Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e Paulo Paim (PT-RS). Candidaturas importantes ligadas ao movimento negro, tais como as de Abdias do Nascimento (PDT), Edson Cardoso (PT), Hélio Santos (MDB), João Francisco (PDT), não foram bem sucedidas nas eleições parlamentares de novembro de 1986, cujos deputados eleitos para a câmara seriam os mesmos que teriam assento no Congresso Constituinte de 1987.

¹ Reginaldo Bispo, esposo de Margarida Barbosa, estudou Ciências Econômicas na UNICAMP, onde também foi funcionário e dirigente do STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP), tendo sido desligado da universidade durante a ditadura militar. Foi membro do MNU de 1980 até 2010, tendo ocupado diversas posições executivas na organização. RAMOS, Paulo César. *Gramática negra contra a violência de Estado: Da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2020. Tese de doutorado. p. 126.

Margarida Barbosa é funcionária do setor de saúde da UNICAMP (Enfermagem) e atuante no STU, tendo ocupado cargos de direção e executivos em várias gestões do sindicato. Assim como Reginaldo, teve uma trajetória importante no MNU-SP a partir da base em Campinas.

O acervo foi incorporado ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP no dia 03 de março de 2020 no âmbito da parceria entre o AEL e o Afro-CEBRAP pela preservação da memória negra, projeto Afro-Memória.

Documento para as Entidades

Companheiros,

O MOVIMENTO PRÉ-CONSTITUINTE DA POPULAÇÃO NEGRA a ser lançado em S.P. no dia 20/11/85, às 20:00 hs, no Sindicato dos ^(Mecânicos) ~~Autômatas~~ ^(Mecânicos) sito à Rua ^{Comunidade} ~~Comunidade~~ - Liberdade, é apenas o início de um grande movimento que esperamos se estenda por todos os Estados.

É uma forma de comemorarmos o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA com uma GRANDE ASSEMBLÉIA DA POPULAÇÃO NEGRA; onde poderemos referendar um documento com reivindicações da população negra a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte.

Desta forma estaremos participando do momento histórico do país. Nossa influência será tanto maior quanto mais organizados estivermos.

Aqui em São Paulo faremos, à partir de agosto, assembleias populares em diversas regiões da cidade - ASSEMBLÉIAS REGIONAIS - de onde tiraremos documentos parciais e 1 (um) representante para cada 10 (dez) participantes. Até a primeira quinzena de novembro faremos uma reunião com todos os representantes das diversas regiões, para redação do documento final, que deverá ser referendado na GRANDE ASSEMBLÉIA de novembro.

Esta Assembleia será na verdade uma grande festa, com a participação de artistas, deportistas e todo povo que mobilizarmos, quando o documento final será lido. O referendo será dado por aclamação e por assinaturas que serão coletadas no dia e nas assembleias regionais.

É importante dizer que o MOVIMENTO PRÉ-CONSTITUINTE DA POPULAÇÃO NEGRA trata-se de um movimento apartidário.

No momento a nossa organização compõe-se de 4 (quatro) comissões executivas (finanças, cultural, divulgação e preparação de plenárias) e de uma coordenação composta por 2 (dois) elementos de cada comissão. Temos tido apoio material e de infra-estrutura de diversos sindicatos, através de companheiros que fazem parte da diretoria de tais sindicatos.

Documento para as entidades dos movimentos sociais elaborado pelo Movimento Pré-Constituinte da População Negra, 1985.

SENDO ABANDONADO

Jorge - Eu faria 2 perguntas: Primeiro eu perguntaria que educação é esta? Segundo se a gente procurasse ressaltar a história e a cultura do negro. Eu penso que daria um sentido educacional diferente, o que vocês acham da idéia?

Rafael - Veja bem, eu concordo com você quanto ao resgate da cultura negra. Em realidade eu queria pensar o seguinte: O que nós pensamos como educação popular? No Brasil a educação não tem um conteúdo popular, o conteúdo popular me parece que quando se fala em cultura negra e educação popular, a coisa está no mesmo caminho. Porque isso, se a gente pensa numa educação em Salvador, estamos bastante claro, pelos costumes da população baiana, e está embriagada a questão popular e a cultura negra.

A crítica que fazemos da educação que nós recebemos, o espaço que nós estamos discutindo quer queiramos ou não é o espaço da burguesia, este espaço não é popular. O espaço hoje, das universidades no Brasil, é um espaço de setores dominantes, é só pensar a perspectiva da criação da Universidade de São Paulo, por exemplo. Quando se pensa a criação da universidade, se pensa a criação de elites pensantes e que vão dirigir o país. Está é a perspectiva que foi dada na própria criação da USP e me parece que a mesma coisa ocorre na UNICAMP e quando vemos que II da população brasileira tem acesso a Universidade. Agora uma coisa é Salvador, outra coisa é São Paulo.

Em São Paulo, nós tivemos uma experiência. Em 1984 quando tentamos montar um bloco Afro, a cultura Iulub não é tão forte em São Paulo onde predomina mais a cultura Bantu, que tem mais traços de um-

Transcrição dos debates da mesa 1 “Menor abandonado”, 20/11/1985, com pergunta de Jorge [possivelmente Flávio Jorge] e resposta de Rafael [Pinto].

Portanto, nossa proposta é recuar no tempo e considerar o acúmulo político obtido pelo movimento negro principalmente no ano de 1985 e seu legado. Destacamos as fontes para o estudo de três marcos significativos: Movimento Pré-Constituinte da População Negra (1985); A Jornada do Negro Pela Assembleia Constituinte (1985); e a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte (1986).

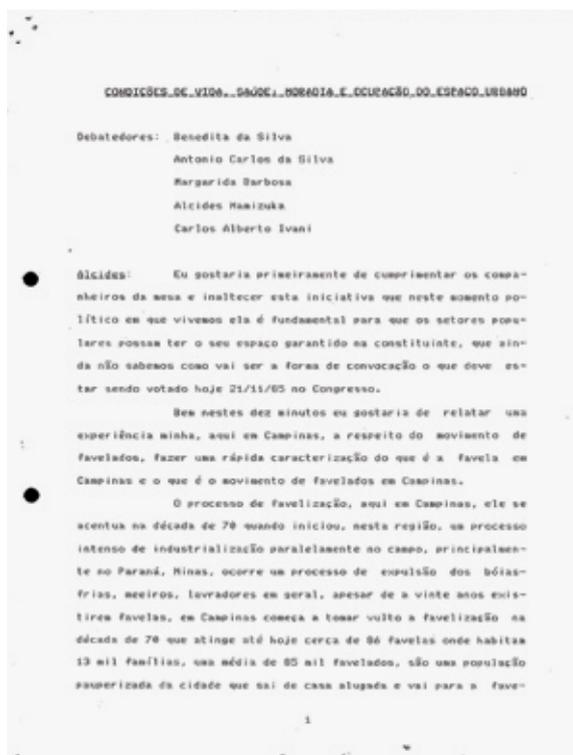
Esses três eventos inserem-se num processo mais amplo iniciado em 1984. Segundo Glória Moura, em novembro daquele ano a Frente Nacional Afro-Brasileira (FENABRA) havia organizado em Uberaba um encontro nacional de entidades negras de todo o país, que reuniu cerca de 600 militantes. Ao final, foi elaborado um documento a ser entregue ao candidato Tancredo Neves intitulado “O Negro e a Sucessão Presidencial” por meio do qual as lideranças se posicionavam em relação à disputa eleitoral (indireta) de 1985, que passaria a presidência de um militar para um civil, e destacavam a “convocação

de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, precedida de ampla liberdade de expressão e organização”.²

Flávia Rios explica que em 85 a pauta cresceria muito nos níveis municipal e estadual “com objetivo de criar condições para a participação da população negra” no processo político da constituinte.³ Por exemplo, em julho os movimentos sociais de Minas Gerais organizaram na Assembleia Legislativa do estado o Primeiro Encontro Estadual “O Negro e a Constituinte”, no qual houve a participação de “entidades negras, associações de bairros, comunidades eclesiais de base e integrantes de 40 municípios mineiros”,

2 Frente Nacional Afro-Brasileira (FENABRA), O Negro e a sucessão presidencial: encontro nacional em Uberaba (23 e 24 de novembro de 1984): discurso de abertura e documento conclusivo. Uberaba: Imprensa PINTI, 1984. Apud: MOURA, Glória. Negro, sociedade e constituinte. Revista São Paulo em Perspectiva, dossiê Negro, v.02, nº.2/ Abr-Jun 1988, pp. 64-68. p. 164.

3 RIOS, Flávia. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2014. Tese de doutorado. p. 153.



Transcrição das falas e debates da mesa 4 “Condições de vida, saúde, moradia, ocupação do espaço urbano” (21/11/1985).

de acordo com pesquisa de Glória Moura.⁴

No caso de São Paulo, o acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa documenta o lançamento do “Movimento Pré-Constituinte da População Negra” no dia 30/08/1985 no Sindicato dos Marceneiros, situado no bairro da Liberdade. Com a pretensão declarada de ser apartidário, o movimento estava organizado em torno de quatro comissões executivas (finanças, cultura, divulgação e preparação de plenárias), e sua viabilização material era garantida principalmente pela infraestrutura do movimento sindical. Este abrangia vários militantes do movimento negro, evidenciando intersecções importantes entre as duas frentes. O objetivo era, segundo o documento, comemorar “o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA COM UMA GRANDE ASSEMBLEIA DA POPULAÇÃO NEGRA; onde poderemos referendar um documento com reivindicações da população negra a ser encaminhado à Assembleia

4 MOURA, p. 65.

Nacional Constituinte.” Havia plena consciência quanto à importância da organização política negra na conjuntura: “Desta forma estaremos participando do momento histórico do país. Nossa influência será tanto maior quanto mais organizados estivermos.”⁵

A Jornada do Negro Pela Assembleia Constituinte de 1985: agendas, temas e diálogos entre movimento negro e universidade

Provocado talvez pelo lançamento do Movimento Pré-Constituinte da População Negra, Reginaldo Bispo inicia articulações para a realização da **Jornada do Negro Pela Assembleia Constituinte**, que aconteceria entre 19 e 23 de novembro na UNICAMP. Além dele, o evento era co-organizado pela direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que estava a cargo do professor Luiz Orlandi, do departamento de Filosofia.

As tipologias documentais geradas na preparação da Jornada e seu desfecho constituem o núcleo mais denso sobre a temática Constituinte no acervo. No quadro global, encontramos correspondência envolvendo o MNU-SP e outros núcleos estaduais do MNU; ofícios; rascunhos de programa; convites; correspondência com sindicatos e movimentos sociais; documentação contábil; documentos que embasaram a articulação pela Jornada oriundo do Movimento Pré-Constituinte.

O rico espólio do evento abrange também o registro das falas e debates. Primeiro, temos as transcrições das comunicações, embora não cheguem a constituir atas completas de todas as mesas. Elas trazem o nome da sessão, seus componentes e a identificação de membros da plateia que se engajaram nas discussões e

5 Documento para as entidades. Movimento Pré-Constituinte da População Negra, 1985. Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP, Fundo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa.

transcrição de seus comentários. São fontes abundantes para estudos sobre as elaborações teóricas que estavam sendo produzidas no bojo do movimento negro, podendo contribuir para a escrita de uma história intelectual das lutas Pré-Constituinte. Pelo que consta no projeto do evento, a intenção era publicar os anais e documentos finais, o que não chegou a ocorrer. Além das transcrições, parte das atividades foram gravadas e se encontram disponíveis para consulta no arquivo da TV Unicamp.⁶

No ofício de 27/09/1985 em que solicitava apoio político e recursos ao reitor da UNICAMP (José Aristodemo Pinotti) para a Jornada, o diretor do IFCH explicava que o “Instituto encontrou, desde o primeiro momento, na iniciativa do Movimento Negro Unificado, excepcional oportunidade para trazer a Campinas um debate de alto nível, que pretende encaminhar propostas concretas, permitindo resgatar a comunidade negra na próxima Constituição, comunidade essa expressivamente representada no segmento dos funcionários de nossa universidade”.⁷

Junto com o ofício, seguia o projeto do evento intitulado “O negro e a cidadania”, assinado por oito autores, na seguinte ordem: Márcio Roberto do Carmo (membro da comissão executiva nacional do MNU-Campinas), Margarida Barbosa (membro da comissão executiva nacional do MNU-Campinas), Antônio Carlos da Silva (professor de Genética, doutorando do Instituto de Biologia da Unicamp), Luiz Benedito Lacerda Orlandi (Diretor do IFCH), Robert Slenes (Chefe do Departamento de História do IFCH), Peter Eisenberg

6 UNICAMP-Secretaria de Comunicação, Arquivo Rádio e TV UNICAMP, Movimento Negro Unificado, 1985, Encontro do Movimento Negro Unificado na Unicamp com a participação do Clarim da Alvorada, Frente Negra Unificada e Clube Negro de Cultura Social. Gravado em 20/11/1985. Referências: 13477-Número da Mídia: 412, LTO4 - Número da Mídia: 2, Digital S - Número da Mídia: 106; 13475-Número da Mídia: 412, LTO4 - Número da Mídia: 2, Digital S - Número da Mídia: 104; 13265 - Número da Mídia: 412, LTO4 - Número da Mídia: 1, Digital S - Número da Mídia: 21; 11819-Número da Mídia: U412. 7 Ofício n.o 433/85, Campinas, 27 de setembro de 1985. Ofício assinado pelo diretor do IFCH, Luiz Orlandi, e encaminhado ao reitor da Unicamp, José Aristodemo Pinotti. Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP, Fundo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa.

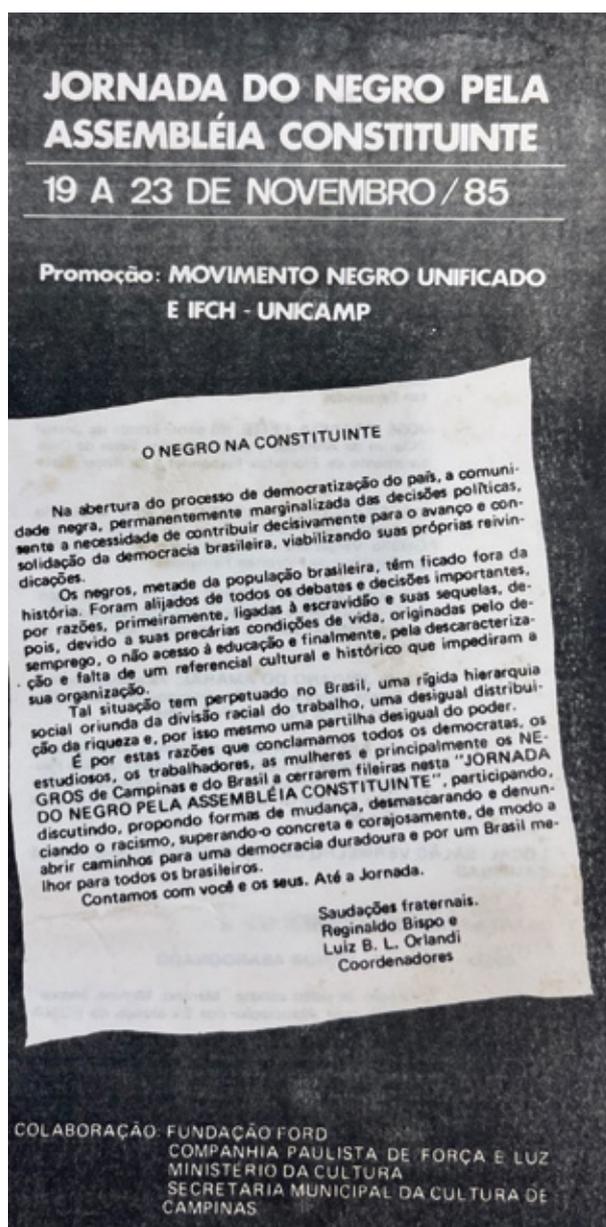


Capa do projeto “O negro e a cidadania”
(Jornada do Negro pela Assembléia Constituinte)

(Coordenador da Graduação do Departamento de História do IFCH), José Roberto do Amaral Lapa (Diretor do Centro de Memória da Unicamp), Marco Aurélio de Almeida Garcia (coordenador do Arquivo Edgard Leuenroth do IFCH).

A proposta previa 11 mesas temáticas. Como é comum na organização de eventos, a configuração das sessões posteriormente sofreu modificações. Também diversos palestrantes previstos no projeto inicial não aparecem na sua programação final, tais como Octávio Ianni, Abdias do Nascimento, Flávio Jorge, Ariano Suassuna, Maria Raimunda Araújo (Mundinha), Mariza Correia, entre outros. Assim, o fato de o acervo RBMB incluir papéis tanto sobre a concepção do projeto como detalhes das idas e vindas de sua organização e a programação final possibilita análises sobre Jornada do Negro como um processo e não como um fenômeno estático.

O folder da programação final traz um pequeno manifesto político que informa o escopo geral da Jornada. Seu teor articulava um diagnóstico sobre a exclusão do negro na história política do país e via o movimento por redemocratização como oportunidade para reparar esse processo excludente. Enfatizava-se que “a comunidade negra, permanentemente marginalizada das



Folder com a programação evento “Jornada do Negro pela Assembléia Constituinte”

decisões políticas sente a necessidade de contribuir decisivamente para o avanço e consolidação da democracia brasileira”. Isso seria possível a partir da viabilização de “suas próprias reivindicações”. Recuando mais no tempo, reforçava-se a tese com base histórica de que “Os negros, metade da população brasileira, têm ficado fora da história. Foram alijados de todos os debates e decisões importantes”. As explicações para esse alijamento eram atribuídas “por razões, primeiramente, ligadas à escravidão e suas sequelas, depois, devido a suas precárias condições de vida, originadas pelo desemprego, o não acesso à educação e finalmente, pela descaracterização e falta de um referencial cultural e histórico que impediram a sua organização.”

O manifesto antecipava as questões mais importantes para o movimento negro a serem abordadas nas sessões temáticas, que normalmente combinavam duas dimensões em cada título: menor abandonado; cultura e educação; saúde e moradia; desemprego e discriminação racial no trabalho; direitos humanos e encarceramento; dimensão internacional da luta antirracista; mulher negra; democracia e exclusão; e as várias dimensões da constituinte.

No quadro abaixo sistematizamos a lista de participantes de cada mesa e na terceira coluna transcrevemos suas respectivas filiações institucionais conforme aparecem na programação. Os 63 integrantes das mesas eram oriundos de um amplo espectro de atores sociais, indicando uma coalização antirracista pela Constituinte que reunia as principais lideranças do movimento negro daquela época e militantes dos direitos humanos. Isso fica evidente também no trecho do manifesto que afirma: “conclamamos todos os democratas, os estudiosos, os trabalhadores, as mulheres e principalmente os NEGROS de Campinas e do Brasil a cerrarem fileiras nesta “JORNADA DO NEGRO PELA CONSTITUINTE”, participando, discutindo, propondo formas de mudança, desmascarando e denunciando o racismo, superando-o concreta e corajosamente, de modo a abrir caminhos para uma democracia duradoura e por um Brasil melhor para todos os brasileiros”.

JORNADA DO NEGRO PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE		Programação	
TERÇA-FEIRA (19/11/1985)		19.00 - ABERTURA	
Homenagem a 5 importantes líderes do Movimento Negro das décadas de 20, 30 e 40 e com efetiva participação intelectual no registro de História do Negro no Brasil.		HENRIQUE CUNHA, 78 anos, Editor do Jornal "Clarim da Alvorada" entre 1924 e 1937; participou na elaboração da Tese de Doutorado de Florestan Fernandes.	
JOSÉ CORREIA LEITE, 86 anos, Editor do Jornal "Clarim da Alvorada"; participou das Teses de Doutorado de Florestan Fernandes e de Roger Bastide.		DR. FRANCISCO LUCRÉCIO, 75 anos, Secretário da Frente Negra Brasileira até seu fechamento por Getúlio Vargas em 1937; participou de Tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes.	
DR. JOSÉ ALBERTO FERREIRA, 76 anos, Dirigente da Frente Negra Brasileira em Campinas; publicou muitas matérias sobre a causa negra nos jornais de Campinas.		RAUL JOVIANO DO AMARAL, 79 anos, Dirigente da Frente Negra até 1937; participou de Tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes.	
Para a ABERTURA, estão convidadas autoridades e personalidades de Campinas, do Estado de São Paulo e do Brasil bem como haverá uma exposição de fotografias e material do Movimento Negro nos anos 20, 30 e 40.		LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	
QUARTA-FEIRA (20/11/1985)		09.00 - MESA 1 - MENOR ABANDONADO	
(projeção de vídeo cassete "Menino, Menina, Menor" realizado pela Associação dos Ex-alunos da FUNABEM)		RAFAEL PINTO, Sociólogo, Ativista do Movimento Negro, Trabalho FENEMSP;	
CARLOS ALBERTO IVANIR, Pedagogo e Presidente da Associação dos Ex-alunos da FUNABEM-RJ;		HENRIQUE CUNHA JÚNIOR, Professor e Ativista do Movimento Negro.	
LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS		LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	
QUINTA-FEIRA (21/11/1985)		09.00 - MESA 4 - CONDIÇÕES DE VIDA: SAÚDE, MORADIA, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	
BENEDITA DA SILVA, Vereadora do PT RJ e Conselho Nacional da Mulher.		MARCOS ANTONIO CARDOSO, Militante do MNU-MG e Assessor da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, MG.	
ANTONIO CARLOS DA SILVA, Professor de Genética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.		MARGARIDA BARBOSA, Enfermeira, Membro da Comissão Executiva do MNU, Campinas - SP;	
GERIVALDO NOGUEIRA, Militante do Movimento Negro e Popular, DF.		ALCIDES MAMIZUKA, Vereador do PT-Campinas e Membro da Assembleia do Povo;	
LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP		LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP	
14.00 - MESA 5 - DESEMPREGO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL DO TRABALHO		CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Secretário do Trabalho e da Habitação do Estado do Rio de Janeiro; Jornalista e Deputado Federal;	
PEDRO PEREIRA NASCIMENTO, Sindicalista de Oeiras, SP, e Ativista da Pastoral Operária;		REGINALDO BISPO FERREIRA, Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado, Campinas - SP;	
JOSÉ BITTENCOURT, Sindicalista, Portuário e do Movimento Negro do Rio Grande do Sul.		LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP	
19.00 - MESA 6 - DIREITO, VIOLAÇÕES E PRISÕES		HÉLIO BICUDO, Jurista, Membro da Comissão de Justiça e Paz, SP;	
AMÂNDIO MALHEIROS, Delegado Regional de Polícia;		MARÍLIA KRICKER BORGES, Advogada, Membro da Comissão de Apoio ao Priso, SP;	
MARIA SOARES, Membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas - SP;		MILTON BARBOSA, Movimento Negro Unificado, SP;	
PAULO SÉRGIO DE M.S. PINHEIRO, Sociólogo, Professor da Universidade Estadual de Campinas e Assessor Especial do Governo do Estado de São Paulo;		LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	
NELSON FERNANDES INOCÊNCIO, Movimento e Cultura Negra;		LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP (AO LADO DO RESTAURANTE III)	
10.00 - INÍCIO DE EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA - "O NEGRO EM CAMPINAS" E DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL NO LARGO DO ROSÁRIO		CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA, Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Maranhão;	
14.00 - MESA 2 - CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO		TEREZA SANTOS, Teófila, Assessora da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo;	
ANA CÉLIA DA SILVA, Educadora, Membro do Conselho de Entidades Negras de Bahia.		DÉCIO FREITAS, Historiador, DF;	
ROQUE JOSÉ FERREIRA, Membro do Movimento Negro de Bauru, SP;		ANTONIO OLÍMPIO SANT'ANA, Reverendo Metodista, Membro do Programa de Combate ao Racismo; Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Metodista de Piracicaba;	
PETER HENRY FRY, Antropólogo, Professor da Universidade Estadual de Campinas;		CARLOS VOGT, Linguista, Professor da Universidade Estadual de Campinas;	
SIDNEY CHALHOUB, Historiador, Professor da Universidade Estadual de Campinas;		JORGE POUSADA, Economista, Educador, Movimento Negro de Minas Gerais;	
LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP		18.30 - ATO PÚBLICO COMEMORANDO O DIA DE ZUMBI "DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA"	
LOCAL: LARGO DO ROSÁRIO		19.30 - MESA 3 - CONSTITUINTE, O QUE É? O QUE A PRECEDE? COMO DEVE SER?	
BENEDITO CINTRA, Deputado Estadual, PC do B, SP;		ANTONIO LEITE, Diretor Regional do PDT, SP;	
ORLANDO ALVES DO NASCIMENTO, Militante do Movimento Negro de Belo Horizonte, MG;		VANDERLEI SEVERINO, Militante do MNU, DF;	
RICARDO GALLETI, Vereador PT, Campinas-SP;		LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	

Programação da Jornada do Negro pela Assembléia Constituinte

MESA DE ABERTURA**19/11/85**

Homenagem a 5 importantes líderes do Movimento Negro das décadas de 20, 30 e 40 e com efetiva participação intelectual no registro da História do Negro no Brasil

Participantes e pertencimento institucional

HENRIQUE CUNHA, 78 anos, editor do Jornal “Clarim da Alvorada” entre 1924 e 1937; participou na elaboração da tese de doutoramento de Florestan Fernandes

JOSÉ CORREIA LEITE, 86 anos, editor do jornal “Clarim da Alvorada”; participou das teses de doutoramento de Florestan Fernandes e de Roger Bastide

DR. FRANCISCO LUCRÉCIO, 75 anos, secretário da Frente Negra Brasileira até seu fechamento por Getúlio Vargas em 1937; participou da tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes

DR. JOSÉ ALBERTO FERREIRA, 76 anos, dirigente da Frente Negra Brasileira em Campinas; publicou matérias sobre a causa negra nos jornais de Campinas

RAUL JOVIANO DO AMARAL, 79 anos, dirigente da Frente Negra Brasileira até 1937, participou da tese de Roger Bastide e Florestan Fernandes

MESA 1**20/11/85**

Menor Abandonado

Participantes e pertencimento institucional

RAFAEL PINTO, sociólogo, ativista do Movimento Negro, Trabalho FUNABEM

CARLOS ALBERTO IVANIR, pedagogo e presidente da Associação dos ex-alunos da FUNABEM-RJ

HENRIQUE CUNHA JÚNIOR, professor e ativista do movimento negro

NELSON FERNANDES INOCÊNCIO, Movimento e Cultura Negra

MESA 2

Cultura Negra e Educação

Participantes e pertencimento institucional

CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA, antropólogo, professor da Universidade Federal do Maranhão

TEREZA SANTOS, teatróloga, assessora da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo

ANA CÉLIA DA SILVA, educadora, membro do Conselho de Entidades Negras da Bahia

Décio Freitas, Historiador, DF

ROQUE JOSÉ FERREIRA, membro do Movimento Negro de Bauru – SP

ANTONIO OLÍMPIO SANT’ANA, reverendo metodista, membro do programa de combate ao racismo; conselho mundial de igrejas e da Igreja Metodista de Piracicaba

PETER HENRY FRY, antropólogo, professor da Universidade Estadual de Campinas

CARLOS VOGT, linguista, professor da Universidade Estadual de Campinas

SIDNEY CHALHOUB, historiador, professor da Universidade Estadual de Campinas

MESA 3

Constituinte. O que é? O que ela precede? Como deve ser?

Participantes e pertencimento institucional

BENEDITO CINTRA, deputado Estadual, PCdOB, SP

ANTONIO LEITE, diretório regional do PDT, SP

ORLANDO ALVES DO NASCIMENTO, militante do Movimento Negro de Belo Horizonte, MG

VANDERLEI SEVERINO, militante do MNU, DF

RICARDO GALLETA, vereador PT, Campinas-SP

MESA 4**21/11/1985**

Condições de vida, saúde, moradia, ocupação do espaço urbano

Participantes e pertencimento institucional

BENEDITA DA SILVA, vereadora do PT, RJ e Conselho Nacional da Mulher

MARCOS ANTONIO CARDOSO, militante do MNU-MG e assessor da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, MG

ANTONIO CARLOS DA SILVA, professor de Genética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ

MARGARIDA BARBOSA, enfermeira, membro da Comissão Executiva do MNU, Campinas-SP

GERIVALDO NOGUEIRA, militante do Movimento Negro e Popular, DF

ALCIDES MAMIZUKA, vereador do PT-Campinas e membro da Assembleia do Povo

MESA 5

Desemprego e discriminação racial do trabalho

Participantes e pertencimento institucional

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA [CAÓ], secretário do Trabalho e da Habitação do Estado do Rio de Janeiro; Jornalista e deputado federal

PEDRO PEREIRA NASCIMENTO, sindicalista de Osasco, SP, e ativista da Pastoral Carcerária

REGINALDO BISPO PEREIRA, Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado, Campinas-SP

JOSÉ BITTENCOURT, sindicalista, portuário e do Movimento Negro do Rio Grande do Sul

MESA 6

Direitos, violações e prisões

Participantes e pertencimento institucional

HÉLIO BICUDO, jurista, membro da Comissão Justiça e Paz, SP

AMÂNDIO MALHEIROS, delegado Regional de Polícia

MARÍLIA KRIKER BORGES, advogada, membro da Comissão de Apoio ao Preto, SP

MARIA SOARES, membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas, SP

MILTON BARBOSA, Movimento Negro Unificado, SP

PAULO SÉRGIO DE M. S. PINHEIRO, sociólogo, professor da Universidade Estadual de Campinas e Assessor Especial do Governo do Estado de São Paulo

MESA 7

22/11/85

Luta internacional contra o racismo

Participantes e pertencimento institucional

JOÃO HERRMANN NETO, deputado federal [PDT], presidente da Comissão de Relações exteriores da Câmara Federal

MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA, membro do Comitê Anti-Apartheid de Recife, PE

JOSÉ IEDO [YEDO], Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN), Rio de Janeiro

IVAIR AUGUSTO DOS SANTOS, vice-presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo

ANTONIO DUARTE DOS SANTOS, Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano

MESA 8

Marginalização do Negro

Participantes e pertencimento institucional

CARLOS HASENBALG, sociólogo, IUPERJ

FLORESTAN FERNANDES, sociólogo, professor da USP

PAULO ROBERTO DOS SANTOS, Centro de Estudos Afro-asiáticos do Rio de Janeiro

PETER LOUIS EISENBERG, historiador, professor da Universidade Estadual de Campinas

DALMIR FRANCISCO, jornalista, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, ES

CLEBER MACIEL, historiador, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, ES

MESA 9

Constituinte e demais reivindicações democráticas

Participantes e pertencimento institucional

JOSÉ GENOINO NETO, deputado federal, PT-SP

CLÓVIS MOURA, historiador, professor da USP

HÉLIO SANTOS, Comissão de Estudos Constitucionais

ELDER PACHECO, MNU-MG

ESMERALDO TARQUÍNIO NETO, vice-prefeito de Santos, delegado regional de cultura e representou o Brasil no Festival Mundial da Juventude em Moscou

CARLOS ALBERTO MENEZES, Movimento Negro Unificado, Juazeiro, BA

MESA 10

23/11/85

Mulher Negra

Participantes e pertencimento institucional

HELENA MACHADO, arquiteta, Movimento Feminista e Sindical, RS

DULCE CARDOSO, comunicóloga, MNU-SP

LÉLIA GONZALES, socióloga, Conselho Nacional da Mulher

ROBERT SLENES, historiador, professor da Universidade Estadual de Campinas, SP

MARIA LUIZA JUNIOR, Movimento Negro Unificado Feminista, DF

LUIZA RANGEL MIRANDA, Movimento Negro Unificado, Rio de Janeiro-RJ

MESA DE ENCERRAMENTO

Aprovação de textos e propostas de debates

Participantes e pertencimento institucional

CARLOS MOURA, assessor de assuntos afro-brasileiros do Ministério da Cultura

HÉLIO SANTOS, membro da Comissão de Estudos Constitucionais

ESMERALDO TARQUÍNIO NETO, vice-prefeito de Santos

Lideranças do movimento negro - [não nomeadas no programa]

A esmagadora maioria dos participantes das mesas - cerca de 3/4 - era constituída por militantes das organizações do movimento negro, somando 39 pessoas de diferentes gerações.⁸ Alguns deles já eram intelectuais e professores renomados, como Clóvis Moura e Lélia González. Outra presença importante era a de parlamentares e vereadores de partidos de esquerda mais permeáveis à agenda antirracista, sobretudo PT, PDT, MDB e PC do B. Benedita da Silva (PT) já despontava como importante liderança feminina neste contexto. A prevalência do PT se explica também pelo fato de Reginaldo Bispo ser membro histórico do partido. Integrantes de conselhos e órgãos de representação institucional em diferentes níveis do aparato estatal e aparato sindical estiveram presentes em diferentes sessões temáticas.

Ressaltamos também um grupo formado por professores universitários brancos da Unicamp engajados, sob influxos da *history from below inglesa* (história vista de baixo, sobretudo Edward Thompson), num esforço para reposicionar os sujeitos negros na história da escravidão, mundos do trabalho, tais como Robert Slenes, Sidney Chalhoub e Peter Eisenberg. Além deles, vimos que Marco Aurélio Garcia era um dos autores do projeto que solicitava recursos para a Jornada. Ou seja, o documento abre um flanco interessante de pesquisas sobre os diálogos entre a efervescência política e intelectual do movimento negro e as renovações das agendas de pesquisa acadêmica nessa conjuntura. Como as pressões do movimento influenciaram a emergência de novos temas, novos problemas e novas abordagens historiográficas? Professores brancos de outras universidades que estariam entre as principais referências no campo de estudos das questões raciais e direitos humanos também ganham destaque, como Carlos Hasenbalg, Peter Fry e Florestan Fernandes, este, um importante aliado do movimento negro na Constituinte.

8 Por meio de pesquisa preliminar, foi possível identificar o perfil étnico-racial de 53 participantes das mesas. Destes, 39 eram negros; 13 eram brancos e para 10 pessoas não dispomos de informações. Apenas um estudo mais aprofundado poderá esclarecer o seu perfil.

A disposição das informações biográficas dos palestrantes no folder podem revelar intenções dos organizadores ao convidá-los, embora sejam necessárias pesquisas futuras para esclarecer as lógicas de encadeamento desses dados. Por exemplo, nos chama atenção a caracterização dos militantes históricos do movimento negro da primeira metade do século XX e suas relações com Florestan Fernandes e Roger Bastide. As suas mini-biografias, além de idade e órgão em que haviam atuado, sublinham suas respectivas participações como informantes das teses de doutorado de Fernandes e/ ou de Bastide. Isso aparece entre as credenciais de quatro dos cinco membros homenageados na mesa de abertura: Henrique Cunha (“participou na elaboração da tese de doutoramento de Florestan Fernandes”); José Correia Leite (“participou das teses de doutoramento de Florestan Fernandes e de Roger Bastide”); Francisco Lucrécio (“participou da tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes”) e Raul Joviano do Amaral (“participou da tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes”). Ao que parece, isso estava em conexão com o subtítulo da mesa que frisava o fato de o grupo ter “efetiva participação intelectual no registro da História do Negro no Brasil”. A posição como informantes de eminentes pesquisadores era também elemento de validação de suas presenças ao lado de professores universitários? Quem destacou esses dados biográficos no folder ao lado de informações como idade e pertencimento à Frente Negra e jornais da imprensa negra? Eram os próprios participantes que sublinhavam tais elementos? Em que medida isso projetava e afirmava a contribuição intelectual do grupo para a história do país? Investigações que possam trazer respostas a essas perguntas contribuirão para entendermos as dinâmicas de interação entre pesquisadores universitários brancos e lideranças negras na formação do campo de estudo sobre as relações raciais no país.

A documentação contábil da Jornada aponta diversas fontes de financiamento para custeio das passagens e hospedagem: Fundação Ford, que forneceu a maior parte dos recursos, Ministério da Cultura, CNPq (Conselho Nacional

Salvador, 29.08.85

Companheiros:

Enviamos, com indesculpável atraso, nomes de militantes que possivelmente irão à "Jornada da Constituição" em novembro. Não temos certeza do nome do evento, mas vocês sabem a que nos referimos.

Eis a relação:

- Luis Alberto dos Santos
- Fúe Cilia de Sibe
- Luiza Helena Baimos
- Valdeci Pedreiras.
- Lúcia do Espírito Santo.

axé,

Jonatas

M. MNU-BA.

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP) e UNICAMP. No folder oficial, verificamos também a colaboração da Secretaria Municipal da Cultura de Campinas e da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz).

Afora os debates organizados em 10 mesas, o evento contou com intensa programação cultural que valorizava as manifestações culturais afro-brasileiras e comemorava o dia de Zumbi-Consciência Negra. Isso evidencia a intenção política de reforçar novembro como mês do protesto negro frente ao 13 de maio, o que se alinhava com a agenda do MNU desde 1978, em diálogo com o legado do Grupo Palmares de Porto Alegre.

A abrangência regional da Jornada incluiu ativistas do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão e diversas localidades paulistas. Os documentos do evento, que vão além da lista de palestrantes, possibilitam a recuperação do nome de lideranças negras de pequenas cidades, sobretudo do interior de São Paulo, que nunca alcançariam a visibilidade de personagens como Thereza Santos, Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Clóvis Moura, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Hélio Santos, Edson Cardoso, dentre muitos outros. É importante abrir possibilidades de análise sobre essa multiplicidade de protagonistas responsáveis pelo enraizamento das agendas antirracistas ao nível local.

Articulações com MNU-BA

Ainda que a documentação privilegie uma perspectiva paulista do movimento Pré-Constituinte, o acervo preserva documentos sobre as articulações com o núcleo do MNU Bahia e Brasília. Por exemplo, encontramos uma correspondência manuscrita de Jonatas Conceição da Silva, liderança do MNU-BA, datada de 20/08/1985, despachada com carimbo do correio de Salvador de 29/08/1985. Ele indicava os nomes dos militantes e intelectuais que provavelmente viriam representar o estado da Bahia na Jornada do Negro

pela Constituinte: Luís Alberto dos Santos, Ana Célia da Silva, Luiza Bairros, Valdeci Pedreiras e Lúcia do Espírito Santo. No final, houve a participação efetiva apenas de Ana Célia, embora outras lideranças da Bahia tenham participado das mesas, como Carlos Alberto Menezes (MNU-BA). Ou seja, os documentos mostram um processo e não uma fotografia estática da Jornada.

Convenção Nacional do Negro pela Constituinte (1986)

No fechamento da Jornada de Campinas, os participantes retiraram a proposta de realizar a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte em Brasília nos dias 23 e 24 de agosto de 1986. O objetivo era aprofundar as discussões decorridas naqueles cinco dias. O núcleo MNU-DF teria participação importante na organização do evento.

O foco da **Convenção Nacional do Negro pela Constituinte** era produzir um documento final que seria apresentado ao presidente da república. Isso seria possível por meio de um modelo que estabelecia 20 participantes por estado, de onde sairia um delegado para cada três pessoas, e seria financiado pelas organizações estaduais. Desta forma, esperava-se chegar a 500 pessoas na convenção.

Por que em Brasília? “devido ao não conhecimento, pelo Governo Brasileiro, das nossas reivindicações, como também pelo fato de ser estratégico pressionar, junto aos dirigentes da Nação, achou-se viável optar por Brasília, para centrar forças na Capital Federal, a sede do poder central de decisão do País”.⁹ A convenção conseguiu reunir 580 entidades de 16 estados em Brasília entre 26 e 28 de agosto de 1986, tendo gerado um documento final entregue a José Sarney, presidente da república, e a Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte.¹⁰

9 Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, 1986. Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP, Fundo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa.
10 RIOS, 165.

Cruzamento de documentos

O acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa é um conjunto dentre 13 outros que compõem o esforço coletivo de preservação da memória negra do projeto Afro Memória. No Arquivo Edgard Leuenroth é possível consultar outros fundos captados pela iniciativa que podem revelar múltiplas perspectivas sobre os eventos mencionados acima. São os próprios documentos acumulados por Reginaldo e Margarida que nos oferecem pistas nesse sentido. Nas conexões que visavam a realização da Convenção Nacional do Negro em Brasília, notamos que Chico Piauí era uma das pessoas do Distrito Federal envolvidas na sua organização. Considerando que o acervo Chico Piauí e Jacira Silva foi incorporado ao AEL-UNICAMP no âmbito do projeto Afro-Memória, o pesquisador tem a possibilidade de encontrar ali papéis que podem contar a história dessas articulações também na ótica das lideranças do Centro-Oeste.

No fundo Soweto Organização Negra também é possível acessar documentos sobre a Constituinte. Por exemplo, ali localizamos material da campanha de Edson Cardoso ao cargo de deputado do Congresso Constituinte pelo PT:

Considerações finais

Embora o acervo ainda esteja em processamento técnico, o material que compõe o fundo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa já foi higienizado, restaurado e está [disponível para pesquisa](#) no Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP. Seu espólio documental tem o potencial de fomentar agendas de pesquisa sobre a efervescência política que marcou a participação das lideranças negras no processo Pré-Constituinte em diferentes níveis regionais e ajudar a compor um cenário mais completo do papel histórico do movimento negro na construção da democracia brasileira.

O fato dessa intensa mobilização não ter se traduzido na eleição de um número elevado de

pessoas negras para os cargos de deputado do Congresso Constituinte de 1987 não pode ofuscar o seu legado político. Por trás do pequeno grupo de constituintes negros que formaram a frente pela igualdade racial na Assembleia de 87 havia um movimento social pulsante que pautava e dava respaldo político para a inclusão dos artigos sobre as terras quilombolas e a criminalização do racismo na Constituição de 1988.

Por meio do exemplo documental trabalhado neste artigo, fica evidente as inúmeras potencialidades dos acervos do projeto Afro-Memória para a reescrita da história do Brasil. A Jornada do Negro pela Constituinte de 1985 foi um evento de grandes proporções que conseguiu reunir parte importante dos principais ativistas e intelectuais do movimento negro. Infelizmente, a importância desse fato ainda não é reconhecida nos estudos sobre o tema da constituinte, participação política e democracia no Brasil. Esperamos que a organização e difusão de acervos como o de Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa contribuam para reparar esse quadro e posicionar o protagonismo negro no seu merecido lugar de centralidade histórica. ♡

REFERÊNCIAS

- MOURA, Glória. Negro, sociedade e constituinte. Revista São Paulo em Perspectiva, dossiê Negro, v.02, n°.2/ Abr-Jun 1988, pp. 64-68. http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_12.pdf
- RAMOS, Paulo César. *Gramática negra contra a violência de Estado: Da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2020. Tese de doutorado.
- RIOS, Flavia. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2014. Tese de doutorado. pp. 137-168 (cap. 3).
- SANTOS, Natália Neris da Silva. *A Voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): Um Estudo Das Demandas Por Direitos*. São Paulo: FGV-Faculdade de Direito, 2015. Dissertação de mestrado. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13699>
- SILVA, Benedita da. Discurso pronunciado em 26 de julho de 1987 – Segregação racial. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 1987. Disponível em: <https://bit.ly/30zaHCK>.

TRAJETOS DO COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA

Fillipe Alexandre Oliveira Alves

Mestrando do programa de graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador assistente do núcleo Afro-Cebrap.

Nossa Constituição garante, em seu Artigo V, Inciso VI, o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias, entretanto no Rio de Janeiro, um levantamento realizado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado contabilizou 1355 casos que podem estar relacionados a crimes deste tipo só em 2020. Uma média superior a três casos por dia durante todo o ano. Ainda segundo o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, ao longo do ano de 2021 foram registradas 1564 ocorrências que podem estar ligadas a crimes de ódio e intolerância religiosa, um aumento de 13,3% em relação à 2020 quando a média de casos por dia superara a marca de 3 casos. Em 2021 foram em média mais de 4 casos de ultraje religioso por dia, isto é, o ato de ridicularizar, perturbar ou impedir uma cerimônia religiosa. Em fevereiro de 2021, a ALERJ instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar causas e consequências dos casos relacionados com racismo religioso no estado do Rio de Janeiro. A CPI resultou

em um relatório aprovado em dezembro do mesmo ano que contém 152 páginas e 35 recomendações aos órgãos públicos para o combate ao racismo religioso e promoção de direitos dos povos de terreiro. Em março de 2021 foi sancionada a Lei 9.210/21, de autoria do deputado estadual Waldeck Carneiro (PSB) que estabelece uma política de combate à intolerância religiosa nas escolas do Estado do Rio de Janeiro.

Para que ações como as citadas fossem postas em pauta, um longo caminho foi percorrido. Em 1940 o escritor e ogã no terreiro de Ogunjá, Jorge Amado, eleito deputado pelo Partido Comunista Brasileiro foi o autor da emenda que garantiu liberdade de culto no país. Desde então, demorou para que o debate sobre racismo religioso voltasse a aparecer no legislativo. Ainda hoje são poucos os candidatos a cargos políticos que se declararam afroreligiosos e atuam em defesa do direito destas práticas religiosas, colocando em pauta a necessidade de leis que reforcem o direito constitucional de livre exercício da fé e

a punição para os que cometem atos de racismo religioso. Esse cenário tem apresentado mudanças, visto que nas eleições de 2022 houve um recorde de candidaturas ligadas às religiões de matriz africana. Segundo levantamento da Folha¹ com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 29 líderes do candomblé e da umbanda concorrem utilizando orixás ou os títulos de pai e mãe de santo no nome de urna. Isso equivale a 4% do total de religiosos inscritos para a eleição. Tal aumento representa uma busca desses líderes por melhor representação e tentativa de conseguir via poder público e política institucional auxílio no combate ao crescente número de ataques às religiões de matriz africana. E esse número pode ser ainda maior, já que nem todos adotam explicitamente as funções nos terreiros ou os nomes das divindades.

As demandas por combate ao racismo religioso aparecem de forma subliminar e, quando explícitas, surgem a partir de demandas do Movimento Negro Unificado (MNU) como nas propostas de Eixos temáticos para política nacional e na I Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial (Conapir). A recorrência tímida dessa pauta no legislativo e nas propostas de candidatos ressoa no fato de nossa constituição já garantir, em termos, a proteção dos cultos de matriz africana, as demandas acompanham também o contexto político e social, versando mais sobre o campo do trabalho e direito à educação ao longo dos anos 90. Christina Vidal (2021) resalta ainda que as categorias políticas e religiosas constituem um campo sensível que o torna alvo de uma atenção pública constante, os tensionamentos que surgem devido ao racismo presente na sociedade e a estigmatização das religiões de matriz africanas se somam nessa equação.

A incorporação do discurso contra o racismo religioso pelo movimento negro, não foi imediata. A reivindicação do movimento negro pelo cumprimento do direito à liberdade religiosa

estava vinculada a uma pauta mais ampla: o combate ao racismo. Estava subentendida a ideia de que o peso do preconceito racial se transfere do negro para a cultura negra. Esse debate começa a aparecer na década de 1980 e se expande a partir de 1990, principalmente por meio das políticas de preservação do patrimônio através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Uma das estratégias de luta dos terreiros tem sido a inclusão de seus valores e espaços sagrados entre os bens listados pelos órgãos de patrimonialização do Estado² fazendo uso das políticas de salvaguarda e tombamento como meios de assegurar seus direitos.

No dia 21 de janeiro de 2000, um episódio de racismo religioso que levou ao falecimento de Mãe Gilda, após sucessivos ataques à sua integridade física e moral. Mãe Gilda infartou após uma série de violências e difamações contra ela e seus filhos de santo. Agressões desencadeadas por uma publicação na primeira página do jornal Folha Universal, da igreja Universal do Reino de Deus, sob a chamada “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes” e uma foto de Mãe Gilda, como consequência, o terreiro de Mãe Gilda, ela e os frequentadores do local passaram a sofrer injúrias e ataques diversos. O caso ganhou ampla repercussão na mídia nacional e sua morte levantou o debate sobre a necessidade de meios para denúncia e combate aos crescentes ataques sofridos por pessoas desse segmento religioso. Apenas em 2007 como forma de reconhecimento do ocorrido, o Governo Federal instituiu, no dia 21 de janeiro, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. De todo modo Christina Vital Cunha (2021) aponta que é a partir dos anos 2000, que multiplicaram-se as ações de combate ao racismo religioso envolvendo poder público e sociedade civil organizada, ganhando, no Brasil, espaço na mídia e no debate público e completa :

1 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/pais-tem-recorde-de-candidaturas-ligadas-a-candomble-e-umbanda.shtml>

2 No estado de SP o primeiro tombamento de um terreiro paulista ocorreu em 1990, e somente em 2019 outras seis comunidades obtiveram esse reconhecimento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico (Condephaat).

“Nesse contexto, de mãos dadas com diferentes atores do movimento negro, o candomblé e a umbanda chegaram ao Palácio do Planalto seja pela via de políticas públicas impulsionadas pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada em 2003. (...) A criação da Frente Parlamentar de Terreiros (FPT), como ficou popularmente conhecida, é uma dessas iniciativas.”

Em 2003, quando iniciava o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, foi criada, em 21 de março, pela ONU em memória ao “Massacre de Shaperville”, ocorrido em 1960 na África do Sul, o dia Internacional contra a Discriminação Racial, a data é um marco na luta da comunidade negra contra o racismo e no Brasil, a data coincide com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (Brasil 2003b). Esse era o órgão gestor da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, foi também instituído naquele mesmo ano, em 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. Até aquele momento, as medidas contra o racismo de um modo geral vinham sendo adotadas aos poucos e o combate ao racismo religioso aparece implícito nessas medidas.

A criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros (FPT) surge por demanda do movimento negro e recebe apoio dos parlamentares Valmir Assunção (PT-BA) e Erika Kokay (PT-DF). Essa articulação ocorreu em março de 2011 encabeçadas pelo Fórum Permanente Religioso Afro-Brasileiro do Distrito Federal e Entorno (Foafro) e Coletivo de Entidades Negras (CEN). A FPT³ contava com 13 membros ativos,⁴ que

3 No estatuto da Frente, eram enfatizados os seguintes objetivos: avaliar e monitorar políticas públicas, projetos e programas direcionados às comunidades de terreiro no Brasil; atuar como interlocutora entre comunidades de terreiro e Congresso Nacional; promover encontros, debates, seminários e eventos que tematizem as comunidades de terreiro; incentivar a adoção de políticas de desenvolvimento das comunidades tradicionais de terreiro em âmbito público (executivo, legislativo e judiciário) e privado; incentivar a produção de material didático e campanhas educativas sobre a população e a religiosidade negras no Brasil; incentivar a preservação e a patrimonialização da cultura afro-brasileira.

correspondiam a seu núcleo de articulação política. Dos parlamentares engajados no projeto, dez eram do Partido dos Trabalhadores (PT) e três de outros partidos (PCdoB, Psol e PV). O que ressalta o papel do Partido dos Trabalhadores ao longo dos anos em dialogar com as pautas referentes ao combate ao racismo religioso. Mesmo com críticas e recuos no que diz respeito a demandas apresentadas pelos movimentos negros, é no governo petista onde a defesa dos povos de terreiro pode ser posta em pauta com contornos mais bem definidos. A FPTM teve sua atuação suspensa em 2016, ano do impedimento da então presidenta Dilma Rousseff. O ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Vincentinho, que esteve na câmara até o ano de 2022, aparece nesse mesmo contexto como um dos nomes que apresentou durante seus mandatos. Foram ao todo 8 projetos de lei onde o combate ao racismo religioso e apoio aos povos de terreiro é citado de forma explícita e teve em sua plataforma de mandato uma agenda em defesa das religiões de matriz africana.

Com o crescimento da presença neopetencostal e de evangélicos no quadro político nacional, as ações de mobilização dos afros religiosos e entidades dos movimentos negros, surgem no esforço de garantir que os conflitos de natureza étnico-racial-religiosa que apontam nesse cenário sejam tratados como parte de uma agenda político-religiosa estadual e nacional. Esse tratamento assegura a criação de políticas públicas como a Lei N° 17.157 de autoria de Leci Brandão (PCdoB) contra a discriminação por motivo religioso, no estado de São Paulo em 2019 e a criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (RJ) em 2021. De todo modo, a conquista de reconhecimento social por grupos sociais estigmatizados não está assegurada (Oliveira, 2008). O debate sobre racismo religioso se desenvolveu no país, saindo de um campo segmentado onde aparecia subentendido ou em subtópicos de outras pautas, sendo tratado principalmente por vias das políticas de patrimônio, para uma pauta própria e que exige comprometimento e um quadro parlamentar engajado em sua defesa.

Diante dos ataques às religiões afro-brasileiras, o movimento afro-religioso se viu impedido a reformular seu modo de ação e também a ampliar sua atuação no espaço público. O crescente interesse de líderes afroreligiosos na disputa do campo político institucional, mesmo que de forma ainda tímida e com pouca adesão da sociedade civil, aponta para novos desdobramentos e caminhos na luta pelos direitos ao culto e livre exercício da fé. A articulação entre instituições executivas, legislativas e judiciárias, movimentos negros e organizações vinculadas à luta contra o preconceito racial, o povo de santo, pesquisadores e a sociedade civil, se revelam essenciais para a garantia de execução de ações afirmativas voltadas para o combate ao racismo religioso. A luta pela garantia da prática das religiões afro-brasileiras é contínua. Nesse empenho, como pode ser visto nos arquivos deste caderno, as categorias “raça” e “religião” são acionadas estrategicamente ao longo do tempo pelos agentes afro-religiosos. ☞



Capa da cartilha apresentando a atuação e os Projetos de Lei do Deputado Federal Vicentinho relativos a o combate ao racismo religioso e ao apoio aos povos de terreiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei no 11.635 de 27/12/2007 Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/569474>>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Diário Oficial da União: Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. Lei no 17.157, de 18/09/2019 PL 226/2017. Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso. Diário Oficial - Executivo, 20/09/2019, p.1. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2019/lei-17157-18.09.2019.html>>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 9.210 de 11/03/2021. do Rio de Janeiro de Política de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: <<https://gov.rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1182954599/lei-9210-11-marco-2021-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. (2003b), Medida provisória nº 111, de 21 de março de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências Diário Oficial da União : Brasília. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/111.htmimpressao.htm>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. (2003a), Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências Diário Oficial da União : Brasília. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. (2010), Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003 Diário Oficial da União : Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm>. Acesso em 15 out. 2022.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm>. Acesso em 15 out. 2022.

MARIANA, Maiara. Religião e política: racismo religioso e respeito ao sagrado. Congresso em foco , UOL. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/columnistas/religiao-e-politica-racismo-religioso-e-respeito-ao-sagrado/>>. Acesso em 15 out. 2022.

OLIVEIRA, LUÍS Roberto Cardoso de. “Existe violência sem agressão moral?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008, pp. 135-93.

SENADO. Jorge Amado tinha passado comunista e de luta pela liberdade religiosa, lembra Freire Compartilhe este conteúdo no Whatsapp. 2001. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/08/07/jorge-amado-tinha-passado-comunista-e-de-luta-pela-liberdade-religiosa-lembra-freire>>. Acesso em 15 out. 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina . Ativismo Negro e Religioso: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. *Novos Estudos*. CEBRAP, v. 40, p. 243-259, 2021.

MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA DE LUTAS À ESQUERDA¹

Keisha-Khan Y. Perry² e Edilza Sotero³

Como pesquisadoras que se dedicam aos assuntos de mulheres e política nas Américas, (veja [nossa introdução](#) à tradução em português do clássico ensaio da intelectual trinidadiana Cláudia Jones, de 1949, *Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra*), neste ensaio assumimos o desafio de abordar a ausência de candidatas negras à presidência nas eleições brasileiras de 2022. Inspiradas por pesquisas que mostram como mulheres negras têm sido

centrais na organização de comunidades rurais e urbanas e movimentos sociais no Brasil ([Perry, 2013](#); [Prestes, 2018](#); [Pereira, 2019](#)), procuramos apresentar neste texto alguns elementos explicativos sobre barreiras que impedem que mulheres negras sejam vistas como candidatas viáveis dentro dos partidos, apesar de sua competência política comprovada e atuação persistente nos movimentos sociais.

Um dos casos mais emblemáticos para uma análise da presença de mulheres negras na política brasileira é o de Benedita da Silva (carinhosamente conhecida como Bené). Ela chegou ao meio político como uma ativista de favelas no Rio de Janeiro, em 1982, tornando-se, anos depois, a primeira mulher negra a ser eleita como deputada federal. Também foi senadora e, mais tarde, nomeada ministra do Desenvolvimento Social no governo Lula. A própria Benedita reflete sobre as dificuldades que teve na consolidação e sua trajetória política. Em seu livro autobiográfico escreve que há uma suposição básica de que a política é

1 Uma versão ampliada deste artigo foi publicada em língua inglesa no International Journal of Urban And Regional Research (IJUR) (<https://www.ijurr.org/spotlight-on/racial-capitalism/black-women-on-the-left-of-the-left-in-brazilian-politics/>)

2 [Keisha-Khan Y. Perry \(Twitter\)](#) é professora associada de Estudos Africanos da Universidade da Pensilvânia. Sua pesquisa se concentra na análise sobre propriedade e perda de terras, despejos de moradias de populações negras e nos aspectos raciais e de gênero relacionados à desapropriação nas Américas.

3 [Edilza Sotero \(Twitter\)](#) é socióloga e professora na Universidade Federal da Bahia. Ela escreve sobre a história intelectual e política de mulheres negras no Brasil e na diáspora.

apenas para homens, e que apenas os homens brancos são vistos como aqueles que têm o que é preciso para serem políticos (Benjamin; Mendonça, 1997).

Há 30 anos, setores do movimento negro brasileiro se reuniram para formar um Comitê Nacional Suprapartidário interessado na indicação de Benedita da Silva a vice de Lula nas eleições presidenciais que aconteceriam em 1994. No Manifesto⁴ endereçado ao Partido dos Trabalhadores, as qualidades de liderança política de Benedita na defesa dos “oprimidos”, levando em consideração dimensões de gênero, raça, classe, condição de moradia e meio ambiente. No contexto da formação do comitê, Benedita trilhava uma carreira sólida no legislativo, tendo sido eleita por duas ocasiões deputada federal, em 1986 e 1990. Ainda assim, a mobilização em torno do nome de Benedita não resultou em sua indicação como vice-presidente, e o escolhido para ocupar a função foi Aloizio Mercadante, economista formado pela USP, na época em seu primeiro mandato como deputado federal (eleito em 1990) e membro do Diretório Nacional do PT.

Anos antes do episódio com Benedita, Lélia Gonzalez, intelectual-ativista e feminista negra, nomeou a dificuldade do PT de lidar com os problemas da população negra brasileira como “racismo por omissão”, que ela explicou ser “um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (Gonzalez, 2020). Em essência, a elite política brasileira não foge à ideologia do embranquecimento e se projeta como branca, isso inclui o PT e outros partidos políticos identificados no espectro político da esquerda. Essa situação ocorre apesar do fato político de que a esquerda conta com a maioria da população entre seus eleitores, especialmente “mulheres negras anônimas” trabalhadoras, moradoras das áreas rurais e das cidades (Gonzalez, 1988).

Para entender melhor os problemas

ideológicos e estruturais que ativistas-intelectuais enfrentam nas principais cidades do país quando se apresentam como alternativa na política eletiva, é necessário compreender o contexto histórico do ativismo político de mulheres negras no Brasil. Para ativistas, que aspiram liderar local e nacionalmente, o desafio principal é não serem percebidas como candidatas viáveis pelos partidos, inclusive os de esquerda, que partem da suposição de que elas não estão interessadas em política ou que não estão preparadas para ocupar postos de liderança (Meneguello, 2012). A partir da trajetória política das ativistas negras e de sua liderança nas organizações, bem como de sua abordagem interseccional única na política brasileira, sabemos que as mulheres negras são viáveis como candidatas para representar a esquerda, e as principais agentes que movem a agenda da esquerda mais para a esquerda, ampliando o entendimento coletivo sobre desigualdade de classes para incluir raça, gênero, sexualidade, região, entre outros. Como afirmou a ativista-intelectual baiana e candidata a deputada federal nas eleições de 2022, [Vilma Reis](#): “quem [empurra a esquerda para a esquerda](#) no Brasil somos nós, a esquerda negra – porque a pauta do movimento negro sempre foi uma pauta emancipatória, progressista, posicionada nas agendas mais avançadas no Brasil e no mundo”. Nessa linha, Reis também diz: “Todas as carreiras dos brancos progressistas nesse país, nós construímos, todas. O nosso entendimento agora é que não é mais possível nos pedir para esperar, toda construção dos movimentos que vêm da rua para dentro dos partidos é que [não haverá nada sobre nós, sem nós](#)”.

Nas últimas décadas, mulheres negras brasileiras vêm se mobilizando de forma independente como força política coletiva. A ativista-intelectual Sueli Carneiro, coordenadora do GELEDÉS Instituto da Mulher Negra, uma das mais proeminentes organizações de mulheres negras do país, localizada em São Paulo, [costuma dizer](#): “Entre a esquerda e a direita, continuo negra”. Mais do que um apelo para a despolitização de pessoas negras, essa frase é um convite para tratar o racismo e

4 O Manifesto faz parte do Fundo Milton Barbosa. Número de registro: 1992_00_00_MILTON BARBOSA_MANIFESTO



Marielle Franco

a negritude não como questões marginais, mas como elementos-chave na política partidária brasileira. Carneiro reconhece que um país que foi construído inteiramente explorando o trabalho escravo dos povos negros e indígenas não pode reparar as desigualdades de classe sem abordar as peculiaridades da marginalização racial, de gênero e sexual. A transformação social e econômica radical no Brasil requer abordar as dimensões sistêmicas da exclusão racial e de gênero.

Para muitas lideranças do movimento de mulheres negras, a busca pela superação das desigualdades persistentes e da violência a que essa parcela da população é submetida passa pela atuação em partidos políticos de esquerda, visto como espaço na política para elas construírem carreiras baseadas em propostas emancipatórias de justiça social e reparação no Brasil. No entanto, esses mesmos partidos continuam tendo dificuldade em reconhecer o potencial político e organizacional das mulheres negras para ocupar cargos dentro de suas fileiras e serem consideradas candidatas ao poder executivo (como prefeitas, governadoras e

presidentas). Claudia Jones assinalou o problema há mais de 70 anos, quando criticou a negligência do Partido Comunista dos EUA em inserir mulheres negras no partido em posições de liderança e usar o conhecimento que tinham como trabalhadoras superexploradas, bem como organizadoras comunitárias (Jones, 1949).

O movimento recente de crescimento de mulheres negras ingressando na política e o aumento da representação refletem fatores distintos. Apesar do aumento de candidaturas de mulheres negras, a persistência das desigualdades raciais e de gênero se mantem entre quem se elege no Brasil. Em 2022, a candidaturas de mulheres autodeclaradas negras aumentou 27%, em relação às eleições de 2018. Ainda assim, [mulheres negras continuam sendo as mais sub-representadas entre as eleitas](#).

Entre casos recentes de mulheres negras eleitas, a professora [Olivia Santana](#) atuou por dois mandatos como vereadora na cidade de Salvador (2005-2012), em 2018 foi eleita deputada estadual e em 2022 conseguiu a reeleição, uma das poucas

a dar esse salto político para além do nível municipal em um estado com cerca de 80% de população negra. Além de fazer história como candidata trans negra, [Erika Hilton](#) foi a mulher mais votada em São Paulo, a maior cidade do Brasil, tornando-se também a mulher mais votada no país nas eleições municipais de 2020. Em 2022, Hilton se elegeu como deputada federal pelo estado de São Paulo, também com uma expressiva votação. No entanto, o histórico da inserção na política ainda aponta para muitas barreiras ao avanço político como feito por Santana e Hilton para outras mulheres negras à esquerda.

O ingresso de mulheres negras na política também vem sendo alvo da atuação de grupos e organizações que atuam na sociedade civil. O Instituto Marielle Franco, criado em memória da vereadora após seu assassinato político, foi criado com o objetivo de apoiar as ambições políticas de mulheres negras. Nas eleições de 2020 e 2022, o Instituto organizou a [Agenda Marielle Franco](#), delineando uma série de questões raciais, de classe, de gênero e LGBTQ+ como parte do legado das demandas políticas feministas da esquerda negra que Marielle defendeu. Outra organização, o Fundo Baobá, organizou o [Programa Racial de Aceleração do Desenvolvimento das Mulheres Negras](#) (que também homenageou Marielle Franco) como uma escola política que reuniu ativistas-intelectuais como Reis, ativistas do movimento de moradia, e outros que queriam seguir carreira na política. Assim, se prestarmos atenção à história do movimento das mulheres negras no Brasil nas últimas décadas, podemos entender melhor como suas ações abriram caminho para esse momento político. O legado do ativismo político das mulheres negras foi construído por gerações; Marielle Franco, herdeira desse legado que se tornou uma inspiração. De forma semelhante a Benedita da Silva, que emergiu dos movimentos de favelas do Rio de Janeiro na década de 1980, a transição de Franco dos movimentos de favela para a política partidária reflete uma trajetória comum na formação política de mulheres negras. Ironicamente, só depois de seu assassinato, Franco passou a ser



“Shirley Chisholm Campaign Poster” da Prefeitura de Seattle

vista como uma potencial candidata à presidência no Brasil.

Nas Américas, não é totalmente improvável imaginar uma candidata presidencial negra em um país como o Brasil, com a maior população de afrodescendentes fora da África. É importante lembrar que, em meio a Jim Crow (leis estaduais e locais que impuseram a segregação racial nos Estados Unidos), Shirley Chisholm, que começou sua carreira como professora e consultora de educação da cidade de Nova York na década de 1950, tornou-se vereadora e deputada no Estado de Nova York, e, por fim, concorreu à presidência dos Estados Unidos em 1972.

Sem mudanças na forma como os partidos políticos tratam candidatas mulheres, não veremos um crescimento no número de presidentas nem a primeira mulher negra presidente, nem tão pouco uma mudança radical na representação da liderança política no Brasil. No continente africano nove mulheres assumiram a presidência nas últimas décadas, incluindo a atual presidente da Etiópia, Sahle-Work Zewde. No Caribe, Mia Mottley é atualmente a primeira-ministra

barbadiana; Epsy Campbell-Barr é vice-presidente da Costa Rica. Na Colômbia, o país da América Latina com a segunda maior população negra, a ativista ambiental Francia Márquez, juntou-se à coalizão política Pacto Histórico e ganhou as eleições à vice-presidência na chapa liderada por Gustavo Petro. Como argumenta a cientista política Maziki Thame em seu ensaio, “Mulheres Fora do Lugar”, sobre a ex-primeira-ministra jamaicana Portia Simpson-Miller, a eleição de uma mulher negra, que emergiu das bases do Partido Nacional Popular, subverteu a hegemonia de uma elite não-negra/crioula na Jamaica pós-independência (Jordan-Zachery e Alexander Floyd 2018). A eleição, em novembro de 2021, de Xiomara Castro Sarmiento, primeira mulher presidente de Honduras, fornece um forte exemplo da necessidade de apoiar mais mulheres com uma plataforma de mudança radical para o mais alto nível da política eleitoral.

Francia Márquez da Colômbia, precisou se juntar a uma coalizão formada fora dos moldes da política excludente dos partidos tradicionais, o que se assemelha aos desafios que as mulheres negras brasileiras de esquerda enfrentam dentro dos partidos dos quais participam há muito tempo. Nesse contexto do inspirador avanço político de Márquez, no Brasil, observamos recentemente fortes críticas a uma [foto](#) icônica de Lula e um grupo de lideranças do PT e do Partido Socialista do Brasil (PSB), todos brancos e majoritariamente homens, quando formavam uma aliança para a candidatura presidencial. O problema de que tratamos neste texto deve ser pensado em nível hemisférico nas Américas, o que nos leva à questão de saber se o sistema partidário que existe atualmente no Brasil tornou-se obsoleto para um projeto de mudança social radical que atenda às necessidades da maioria da população negra. Considerando o alcance limitado da agenda política de esquerda, compreendemos que pode ser a hora de negros e negras organizarem um novo partido ou coalizão política no Brasil, que priorize o que a historiadora Kim Butler (1998) chamou de “luta abolicionista pela cidadania plena” no país. ♻️

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Medea; MENDONÇA, Maisa. *BeneDita*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997
- BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- DAVIES, Carole Boyce. *Left of Karl Marx: The Political Life of Black Communist Claudia Jones*. Durham NC: Duke University Press, 2008.
- FLAUZINA, A. L. P. *As fronteiras raciais do genocídio*. Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 119–146, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24625>. Acesso em: 26 set. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- Jordan-Zachery, Julia S., and Nikol G. Alexander-Floyd. *Black Women in Politics: Demanding Citizenship, Challenging Power, and Seeking Justice*. SUNY P, 2018.
- MENEGUELLO, Rachel [et al]. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: UNICAMP/CESOP, 2012.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Intelectuais negras brasileiras: horizontes políticos*. Belo Horizonte: Letramento, 2019
- PERRY, Keisha-Khan Y. *Black Women against the Land Grab: The Fight for Racial Justice in Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.
- PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. *Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver*. 2018. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTANA, Bianca. *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

discussão está em andamento para a candidatura do partido em grande imprensa para atacar a senadora. Líderes do partido (Eliomar repetiu o teor no mesmo dia). O companheiro diz que "o populismo e o clientelismo..." e que "...". A mesma matéria desmente o ataque quando na manifestação em defesa da Votação política do PT e segundo a prática petista o vereador que a senadora Benedita favoreceu, mas, na verdade, carece de mais...". Embora um vereador do PT tenha sido eleito senador, até agora a vitória do PT no Estado do Rio de Janeiro. Não é por isso ache que alguém, apenas sua capacidade política. Ao usar os meios e manifestar os mesmos preconceitos contra esse vereador que está no partido e o direito de divergir fundamental para o interno é uma das características mais nocivas da democracia. O outro é o momento de estar unido, com uma só vontade

PT dividido no Rio: 'Será a Benedita?'

PDT só aceita aliança se senadora for candidata ao Governo, mas 'antibeneditinos' são contra

Azil Filho

A candidatura da senadora Benedita da Silva ao Governo do estado, exigência do PDT para integrar uma chapa liderada pelo PT em 1998, enfrenta um obstáculo cada vez maior: o próprio PT. Menos de um ano depois de surpreender a direção nacional com a unidade local em torno da rebelde candidatura de Chico Alencar à prefeitura, o partido da senadora voltou a seu estado natural de divisão interna, desta vez protagonizada por setores que os petistas já batizavam de "beneditinos" e "antibeneditinos".

Semana passada, ao comunicar aos aliados que está disposta a brigar para unir a legenda em torno de si, Benedita tirou da discussão os petistas que limitavam aos bastidores as articulações antibeneditinas. Resultado: a aliança com o PDT, que Benedita é a única petista em condições de viabilizar hoje, mais uma vez deverá ficar só na vontade dos líderes nacionais. Os petistas já falam abertamente em repetir a tentativa em voltar ao alçóio Guanabara com a candidatura do prefeito de Campos, Anthony Garotinho.

Chico, Vladimir e Temer resistem às pretensões de Benedita

Chico Alencar, Vladimir Palmeira e o dep. fed. Milton Temer fariam a resistência mais ativa e visível às pretensões de Benedita. O grupo, cuja força interna cresceu nas eleições do ano passado, vai divulgar dia 9 o documento "Refazendo", com propostas para o PT. O texto defenderá a radicalização no confronto com o PSDB e PFL, e poderá fazer indicações contrárias a candidaturas como a de Benedita. Para o grupo, a busca de outro nome não se envolve por implicações pessoais, mas por diretrizes políticas.

Ficamos parados um ano e meio porque alguns grupos davam que poderíamos tirar o PSDB das mãos do PFL, Temer cita a presença da cipula lucana no lançamento da biografia da senadora, dia 28, no Paço Imperial. Com as estrelas do PT ausentes, o evento foi prestigiado pelo vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha, que entregou a Benedita um bilhete de

mordomias do Senadinho no Rio. Ela usa o marketing de marketing negro e favorecida, mas, na verdade, carece de preparo para discutir as questões estaduais com propostas concretas. Ela pratica chaguismo, o populismo e o clientelismo, que temos a obrigação de barrar - crítica o vereador.

No jantar que fez sexta-feira passada em sua casa, Morro do Chapéu Mangueira para os disidentes petistas que o acompanharam, Benedita fez um apelo para que o partido resgatasse a solidariedade e pare com brigas e vetos pessoais que só rancores derrotas têm rendido ao PT. Os militantes do PT, segundo Benedita, precisam voltar a sorrir, fazer política e abandonar o companheirismo, e não exalar rancores em fóruns internos.

O vereador Jorge Bittar, presidente, concordou com a necessidade da busca da unidade, defendendo mais diálogo com outros partidos - leia-se PDT - mas criticou a senadora por distância que seus compromissos nacionais e internacionais criam entre ela e os militantes petistas. De qualquer forma, segundo Bittar, o PT não tem motivos para antecipar o lançamento de candidato; até porque a discussão deve ser feita junto com outros partidos, sem perder de vista a necessidade de ampliar a política de alianças em todo o país e priorizar a estruturação do partido no Rio.

A senadora se isolou muito da dinâmica do PT, que é um partido complicado, mas é o partido dela. Ela opera um jogo paralelo. Para essa reunião, por exemplo, muitos não foram convidados, como Milton Temer, Vladimir e eu. Ela poderia liderar um processo de unidade, mas se isola muito - reforça Chico Alencar, ressaltando, diplomaticamente, que não se incluiu nenhum movimento contra Benedita; até porque deve muitos votos que teve ano passado ao apoio ostensivo da senadora na reta final da campanha. - Tem muito petista que prefere perder eleições ganhando com Benedita, mas não penso assim. Respeito Benedita e gosto dela, se o partido se dedicar por ela, caminharíamos juntos.

No PDT, onde o comandante Ilenel Brizola nutre um simpatia por Benedita e vive uma relação de amor com o PT, as dificuldades da senadora já provocam pessimismo quanto a um futuro das esquerdas no Rio.

- Não podemos ficar perdendo tempo com uma coisa que o PT já decidiu. Benedita tem muitas resistências - afirma um

Críticas a Benedita aumentam o conflito no PT

Vereador e marido da senadora, Pitanga ameaça seu colega de bancada Eliomar Coelho, que acena com novas denúncias

Quase acabou em pancadaria a reunião de ontem da bancada de vereadores do PT do Rio. O vereador Antônio Pitanga, marido da senadora Benedita da Silva, divulgou documento acusando o colega Eliomar Coelho de ter preconceitos sexistas, raciais e sociais e de romper a ética partidária. O motivo da briga foram declarações de Eliomar publicadas na sexta-feira passada pelo GLOBO, numa reportagem sobre os obstáculos enfrentados por Benedita para se firmar como a candidata do partido na eleição para governador em 1998.

Eliomar dissera que setores do PT reagem à candidatura de Benedita porque a senadora "pratica o chaguismo, o populismo e o clientelismo" e "não faz política com o modo petista de ser". Na reunião, ocorrida à tarde na sala da Liderança do PT na Câmara, o líder do partido, Edson Santos, tentou demover Pitanga da ideia de apresentar o problema à banca

da Executiva Municipal.

Os vereadores Jorge Bittar e Jurma Batista, no entanto, defenderam o direito de Pitanga de apresentar o documento à bancada e incluir o episódio na pauta das discussões. Quando o marido de Benedita expunha os motivos que o levaram a produzir o documento - já enviado a integrantes da Executiva Nacional - Eliomar reiterou as críticas à senadora e ameaçou falar ainda mais.

Vereadores trocam ameaças de agressão física

- Eu ainda não rezei da missa a metade - gritou Eliomar.

- César Masai César Mizal Covardiel - retrucou Pitanga, acrescentando que conhecia o bar que Eliomar costuma frequentar.

- Eu também sei onde você bebe - respondeu Eliomar, num bate-boca que só não chegou às vias de fato porque um assessor petista se postou entre os dois.

A reunião foi encerrada e o li

reunião entre a Executiva e a bancada ainda para esta semana. Os simpatizantes da candidatura de Benedita da Silva aguardam para a próxima semana uma visita do presidente nacional do partido, José Dirceu, para tentar enquadrar Eliomar e criticar publicamente seu comportamento.

Ao deixar a reunião da bancada, Eliomar se recusou a falar com jornalistas, afirmando que o único autorizado a dar declarações era o líder do partido, Pitanga, no entanto, divulgou o documento e reiterou as críticas ao colega. Ele admitiu ter havido a discussão, mas ressaltou:

- É normal o acirramento dos ânimos numa discussão interna. Mas nós não chegamos ao confronto corpo-a-corpo.

Segundo Pitanga, Eliomar falou com a ética ao expor para o público uma discussão que deveria se limitar às fronteiras do partido. Segundo ele, a direção do PT tem agora a obrigação de, públi-

camente, julgar o comportamento de Eliomar pela Comissão de Ética do partido se for pedido por algum militante.

- As declarações dele chegaram às raízes do ridículo. Trabalhos como esse a direita já faz. Não precisamos de um companheiro nosso para fazer. Quero saber se a gente resguarda o respeito aos companheiros ou se está tudo liberado, se vale a calúnia a qualquer preço. Este senhor não é ético, não é político - disse Pitanga, defendendo uma punição do partido a Eliomar.

Petistas contrários a Benedita vão lançar documento

Os petistas adversários de Benedita lançarão sexta-feira às 19h, no Sindicato dos Engenheiros, o documento "Refazendo", com uma proposta de ação para o PT. O texto defende uma oposição clara ao PSDB e ao PFL. A candidatura de Benedita, para esses setores - que incluem Chico Alencar, Vladimir Palmeira e o de-



PT faz reunião para decidir punição a Eliomar Coelho

Vereador acusa Benedita da Silva de chaguista, populista e clientelista e divide partido

MURILLO FILHA DE MELO

O clima deve esquentar hoje entre os petistas carioca. As 19h, a Executiva Municipal do partido do Rio promove uma reunião ex-

traordinária. Na terça-feira, o próprio Eliomar e seu colega de legenda na Câmara de Vereadores, Antônio Pitanga, só não brigaram numa reunião da bancada porque foram cortados por assessor

de Eliomar cometeu foi uma "agressão verbal que não pode passar incólume pelo partido".

As declarações de Eliomar deram voz a grande parte dos petistas, segundo um integrante da di-

reção do partido, que afirmou: "Ele deixou marcas", afirmou.

Chico vai além e traça um rosário de críticas à senadora. "Em 1994, ela apoiou a candidatura de Bittar, quando ele se lançou na última hora para disputar a con-

QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1997

BENEDITA DA SILVA: CONFLITO INTERNO E A QUESTÃO RACIAL NO PT DOS ANOS 1990

Wescrey Portes Pereira

Sociólogo e doutorando em Sociologia no IESP/UERJ

Os temas da raça, racismo e eleição têm ganhado cada vez mais espaço na mídia, no ambiente universitário e, em especial, no ativismo dos movimentos negros. No debate em torno destas temáticas, o ponto central tem sido o diagnóstico acerca da baixa presença de representantes negros/os nos espaços de decisão política. Do ponto de vista acadêmico, os estudos têm focado principalmente nas eleições proporcionais, ofertando algumas razões para o alijamento político de homens e mulheres negras (Campos e Machado, 2015). No sistema eleitoral brasileiro não existe nenhuma barreira institucional impedindo negros de participar das eleições, e inclusive, podemos encontrar exemplos de candidaturas negras disputando diferentes cargos no período republicano (Sotero, 2016).

Ao mesmo tempo, é fundamental apontar as mobilizações dos movimentos negros no processo de transição à democracia como uma virada na atuação de candidaturas negras na arena política institucional. Lideranças negras

passaram a integrar os partidos políticos criados e recriados no contexto, e há indícios de candidaturas negras racializadas em diferentes organizações (Rios, 2014). Todavia, poucas obtiveram sucesso e conquistaram mandatos. Benedita de Silva, do Partido dos Trabalhadores, é um exemplo raro, sendo eleita no Rio de Janeiro e se tornando a primeira vereadora negra na cidade.

Este texto tem como objetivo recontar um episódio da trajetória política de Benedita da Silva, o conflito interno e as tensões raciais no Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (PT-RJ) no contexto das eleições para o executivo do Estado do Rio de Janeiro em 1998. A indicação da “cabeça de chapa” do PT-RJ colocou dois grupos políticos em disputa: os favoráveis e os contrários à indicação da candidatura de Benedita, inicialmente como candidata ao governo e depois como vice na aliança com PDT de Brizola e Anthony Garotinho.

Os partidos e suas burocracias produzem barreiras para ascensão política de pessoas negras e

por isso observar esse episódio da trajetória desta importante liderança negra pode trazer outras perspectivas para o debate. O argumento se desenvolve em torno de dois aspectos centrais do conflito, a correlação de força dos grupos internos dentro do partido e como setores oposicionistas mais à esquerda exploraram a identidade política de mulher, negra e favela para desqualificar publicamente Benedita da Silva.

Beneditinos x antibeditinos

O Partido dos Trabalhadores (PT) surge da convergência entre sindicalistas, intelectuais, integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e desde a sua origem é marcado pela presença de diferentes tendências no seu interior. O partido se tornou abrigo para diferentes organizações de esquerda, desde as egressas da clandestinidade ou do exílio, até as cisões de membros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) descontentes com a sua estratégia de oposição ao regime militar. O conflito intrapartidário é fundacional do PT e se desdobra centralmente em dois aspectos: o programa político e as estratégias partidárias (Tanscheit, 2020). No que toca à questão racial, havia críticas organizadas pela militância negra petista nos primórdios do partido, com foco na submissão da questão racial à luta de classes, tornando-a invisível (Soares, 2011).

Os anos 1990 foram fundamentais para amadurecimento do partido e para consolidação do conflito interno em torno de duas grandes posições: a maioria partidária, sob a liderança da originalmente chamada Articulação dos 113, e a minoria partidária, que reunia diferentes setores mais à esquerda. As divergências se colocavam em três eixos: “I) luta social *versus* luta institucional; II) relação com as instituições liberais; e III) política de alianças” (Tanscheit, 2020, pp 91). Em suma, a esquerda partidária reivindicava uma atuação prioritária na sociedade civil em busca da superação da institucionalidade liberal e política de alianças apenas com partidos de esquerda,

enquanto a direita partidária defendia uma atuação combinada entre sociedade civil e instituições liberais, assim como seu aperfeiçoamento e uma política de alianças com partidos de centro.

O tensionamento em torno deste conflito teve impacto na estratégia do PT-RJ e em especial os acontecimentos visando as eleições de 1998. A maioria partidária buscava a consolidação de uma estratégia de ampliação do arco de alianças para a disputa da Presidência da República, o que envolvia um conjunto de acordos locais com o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Houve diversas tentativas não concretizadas de obter uma candidatura única entre PT e PDT ao Executivo em eleições anteriores, tanto no município quanto no estado do Rio de Janeiro, sempre marcadas pelas disputas internas do PT.

Em 1997, o Jornal O Globo, publicou uma matéria com o título “PT dividido no Rio: “Será Benedita?” Segundo a matéria: “O PDT só aceita aliança se senadora for candidato ao Governo, mas ‘antibeneditinos’ são contra”. Chama atenção a utilização dos termos *beneditinos* e *antibeneditinos* para classificar dois grupos divergentes e com posições distintas na estratégia petista para a disputa do governo do Rio de Janeiro. Na época, era ventilada uma candidatura à governadora da Senadora Benedita da Silva e isso se colocava como uma exigência do PDT para a consolidação da aliança entre os partidos no estado. Os *beneditinos* seriam as lideranças organizadas em torno da Senadora e da maioria partidária nacional, que no Rio de Janeiro controlava algo em torno 40% do partido no estado. Já os *antibeneditinos* seriam parte de um grupo à esquerda e liderado por Chico Alencar, Vladimir Palmeira e Milton Temer organizando algo em torno de 30%. Por fim, havia um terceiro grupo em torno de Carlos Santana e Jurema Batista e representa os outros 30% do partido¹.

Ainda na matéria d’O Globo, o então vereador Eliomar Coelho, considerado o “mais ácido dos petistas *antibeditinos*”, teceu críticas à prática política de Benedita da Silva, questionando

1 Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 3 dez. 1997.

a estratégia equivocada de indicá-la para a disputa ao governo do Estado. Para ele, são práticas que desqualificam a ação política e contrárias ao modo *petista* de ser. O argumento remete às justificativas presentes nas principais tensões em torno do conteúdo programático e da estratégia partidária envolvendo o partido naquele contexto (Tanscheit, 2020).

A crítica de Eliomar mira um conjunto de práticas denominadas por ele como *não petistas* e moralmente condenáveis do ponto de vista da sua concepção do que é ser *petista*. A questão racial entra em cena quando o mesmo afirma que Benedita se utiliza do “marketing de mulher, negra e favelada” para esconder sua falta de preparo em discussões com propostas concretas. O vereador apresenta uma dicotomia para definir a ação política da Senadora, na qual a identidade política seria uma construção política vazia e haveria, do seu lado, uma construção política concreta com mais possibilidade de definir as estratégias do PT-RJ.

Essa dimensão fica mais evidente quando Eliomar acusa Benedita de praticar chaguismo, populismo e clientelismo, uma demarcação que remete às posições luta institucional x luta social. Assim sendo, a questão racial é mobilizada em uma dicotomia para definir a ação da Senadora, na qual a identidade política de “mulher, negra e favelada” seria um espaço vazio de concretude e haveria, desta forma, do outro lado, uma posição política concreta para atuar e definir as estratégias do PT-RJ.

A matéria se encerra com o relato de uma reunião organizada por Benedita em sua casa no Chapéu Mangueira e que reuniu alguns dirigentes partidários. Na ocasião, a mesma havia feito um chamado à unidade partidária e a resolução do conflito político através do resgate da solidariedade, colocando fim às brigas e vetos pessoais “que só rancores e derrotas têm rendido ao PT”. A reunião contou com a presença de Jorge Bittar, na época vereador e uma liderança importante do partido, visto que havia sido candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro e duas vezes candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

O conflito teve um desdobramento na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, colocando os vereadores do PT Antônio Pitanga e Eliomar Coelho próximos das vias de fato. Pitanga apresentou um documento acusando Coelho de ter preconceitos sexistas, raciais e classistas contra Benedita, levando à convocação de uma reunião da bancada petista na Câmara de Vereadores.

O intuito do líder da bancada petista, o vereador Edson Santos, era convencer que a nota não fosse levada para a Executiva Municipal do PT. Porém, os também vereadores Jorge Bittar e Jurema Batista defendiam o direito de o parlamentar levar o tema para discussão nas instâncias partidárias. O documento aponta de forma contundente o racismo, o sexismo e o classismo das denúncias proferidas pelo vereador, bem como a crítica à exposição de debates partidários na mídia e, conseqüentemente, para fora dos limites dos fóruns partidários. O conflito interno em torno da tática eleitoral colocou em choque visões sobre os rumos do partido no estado em que a questão racial foi um do principal alvo do debate. O resultado deste conflito marca a história política do PT e sua transição quanto aos conflitos, visto que mesmo após a derrota da posição de aliança com PDT, uma intervenção do Diretório Nacional impôs uma essa aliança consumando a chapa liderada por Anthony Garotinho e a indicação de Benedita da Silva como vice. O conflito se estabeleceu em torno de uma liderança negra com trajetória singular, sendo eleita para diferentes cargos e estava consolidada como a principal liderança do PT-RJ. Porém, a reivindicação da sua identidade política enquanto mulher, negra e favela foi alvo de questionamento e acusações durante os desdobramentos do conflito interno partidário.

Enfrentar os obstáculos à ascensão política e abrir espaços para o povo negro

O conflito interno em torno das candidaturas ao governo do estado no Rio de Janeiro se estabeleceu entre grupos com programa político e

tática eleitoral distintos, reproduzindo a dinâmica nacional do PT no nível local. Porém, essa tensão expôs como as disputas internas podem ser permeadas por dinâmicas raciais, produzindo obstáculos para lideranças negras ascenderem na política institucional. Estudos envolvendo raça e eleições destacam as dinâmicas partidárias enquanto barreiras para a ascensão política, dado a importância do partido nas possibilidades de sucesso eleitoral. Benedita foi indicada como candidata a vice-governadora na eleição de 1998 na aliança encabeçada por Anthony Garotinho do PDT e essa vitória interna pode ser relacionada como dois aspectos centrais: a) densidade eleitoral devido às vitórias eleitorais anteriores localizando-a como uma liderança competitiva; b) sua relação interna junto dos coalização dominante no partido no nível nacional que através de uma intervenção no PT-RJ indicou seu nome enquanto candidata a vice-governadora. Por fim, é fundamental pensar mecanismos para ampliar as possibilidades de ascensão de mais pessoas negras na política, passando pela formação de lideranças negras nas tendências partidárias e também no incentivo de candidaturas negras com maior densidade eleitoral. ♀

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Luiz Augusto, e Carlos Machado. "A Cor dos Eleitos: Determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil." *Revista Brasileira de Ciência Política*, Janeiro - Abril 2015: 121 - 151.
- RIOS, Flavia. "Elite negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado." São Paulo: USP, Maio de 2014.
- SOARES, Claudete. A Radicalização da democracia e a questão racial: o projeto político do PT na década de 1990. *Revista Perseu Abramo*. Nº6, Ano 5, 2011
- SOTERO, Edilza. Negros candidatos e candidatas negros: partido políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após fim do Estado Novo. *Plural*. v.23, n. 1, p. 9-35, 2016.
- TANSCHKEIT, Talita. Esquerda e a democracia na América Latina: partidos e participação social no Brasil, no Chile e no Uruguai. Rio de Janeiro: UERJ. 2020

A COSTURA DA MEMÓRIA

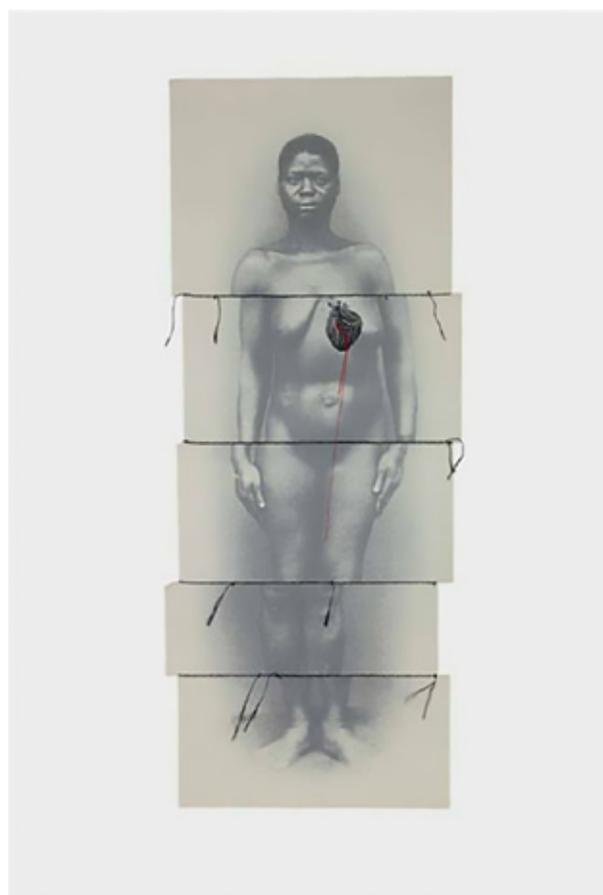
Guilherme Renan Antunes

Graduando em Ciências Sociais na Unicamp, pesquisador do Núcleo de estudos Carolina Maria de Jesus (IFCH-Unicamp) e arte educador no Museu Afro Brasil Emanoel Araújo

Em sua obra “Assentamento” (2012), Rosana Paulino, aposta na utilização da iconografia científica do século XIX sobre o Brasil para buscar um outro passado, uma outra genealogia, que diz respeito não apenas à sua história, mas à de todo um povo (Piccoli e Nery; 2018). Nesse período era comum fotos e livros de viagens retratarem o negro escravizado relacionado a elementos constitutivos da flora e fauna brasileira para servir como justificativa “científica” da inferioridade do corpo negro africanizado.

Hanchard (2008) afirma que a iconografia oferece uma oportunidade para que cidadãos e sujeitos de um país revisitem o passado nacional sem realmente precisar revivê-lo. A mescla da iconografia com técnicas que utilizam impressão digital (em escala humana), colagem e costura na obra de Paulino demonstram de maneira ampliada os significados dos elementos que surgem. A costura passa a representar metaforicamente uma sutura cirúrgica sobre um corpo feminino negro “que, embora contíguas, não se unem totalmente” (LOPES. F; 2018). Para Fabiana Lopes, a “sutura nesses trabalhos não parece pretender corrigir os problemas criados pelas intervenções coloniais e suas consequências, mas descortiná-los e indicar os processos dentro dos quais esses problemas aparecem” (idem).

Valéria Piccoli e Pedro Nery curadores da exposição “Rosana Paulino: a costura da memória” (2018/2019), afirmam que a obra da artista “se



Assentamento (2012), Rosana Paulino

nutre da memória, que pode ser pessoal e íntima, ou coletiva”. A um só tempo consegue enunciar sua origem e a de seus ancestrais que foram alijados de suas individualidades, arrancados de suas sociedades para virar objeto da ciência ao mesmo

tempo que denuncia a condição da mulher negra no mundo contemporâneo. Essa memória negra compreendida por Hanchard (2008) como um fenômeno de uma coletividade e definida como “um conjunto de temas - em vez de um conjunto de experiências pessoais - como o racismo, a escravidão, as reparações, o nacionalismo e a luta anticolonial e a migração”, é frequentemente excluída das histórias oficiais nomeada como “memória de Estado”.

Como o objetivo aqui é compreender memória e representação política negra a partir do processo de catalogação do acervo da Soweto Organização Negra, tomarei emprestada de Rosana Paulino a técnica da costura como meio de acesso e (re)construção da memória com o objetivo de demonstrar como a organização de um acervo assemelha-se ao processo de costura onde o documento será a linha e o quadro de arranjo do acervo a agulha.

A memória é um fenômeno de manifestação que precisa ser estimulado. Conforme vimos acima, a arte é um dos possíveis estímulos para sua manifestação. Outro modo da memória se manifestar é através de ações políticas de grupos civis organizados na medida em que descortinam a situação do negro no Brasil. A inscrição do sujeito negro nas relações sociais ao longo da história do país revela uma memória comum marcada por vários signos, um deles é o da violência.

Neusa Maria Pereira, uma das fundadoras do MNU, afirma que sua fundação em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi resultado da denúncia e protesto de milhares de pessoas contra a discriminação racial sofrida por quatro garotos do time juvenil de voleibol do clube de Regatas Tietê, e também pela morte de Robson Silveira da Luz, nas dependências da 44º Distrito de Guaianazes, resultado das torturas praticadas por policiais e pelas péssimas condições carcerária no Brasil (Pereira 2020).

Tanto a discriminação sofrida pelos garotos, como a morte de Robson Silveira serviram de estopim para a manifestação da memória atrelada à violência racial comum a pessoas negras. É a partir dela que nasce a ânsia pela denúncia

das condições de vida da população negra. Nesse sentido a memória coletiva negra é acionada a partir da sua função normativa “lembrar as coletividades das escolhas que cada geração deve fazer diante do peso insuportável das opressões raciais e nacionais - aderir ou desistir, lutar ou negociar, assim como seus antepassados fizeram” (Hanchard. 2008).

Mesmo que Rosana Paulino e movimentos sociais como o MNU apresentem linguagens de evocação distintas, vemos a memória ser acionada para atingir o mesmo objetivo: denúncia e protesto contra a discriminação racial historicamente sofrida pela população negra.

Ao encontrar o documento que serviu de “Roteiro de intervenção de Sonia Leite em nome das organizações negras presentes ao encontro com a Ministra Dilma Rousseff no Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores”, em 2009, pode-se observar como a denúncia contra as discriminações raciais não desapareceu do radar dos movimentos negros desde a década de 1970. Esse documento no acervo da Soweto assemelha-se à ponta de uma linha cujo corpo-continuidade (passado) está embolado em um grande novelo. Como classificar esse documento? Qual o órgão produtor? Qual a data? Como esse documento veio parar no acervo? São as primeiras perguntas que surgem e que podem servir de instrumentos para o desenrolar do novelo. Essas perguntas são como o caminho em que a agulha irá passar.

O Roteiro de Sonia Leite está dividido em seis incisos. Os de I à III podem ser classificados como incisos de “Denúncia e Anúncio”. No primeiro anuncia que a denúncia praticada pelo movimento negro contra “à política deliberada de extermínio das populações negras e pobres” é um movimento de décadas e considera essa política de extermínio como uma manifestação cruel do racismo; no segundo denuncia que, embora a população negra no Brasil tenha uma histórica participação nas fases de produção da riqueza e do desenvolvimento do país, “todo o esforço empenhado na construção do Brasil jamais foi suficientemente convertido em reconhecimento social e instrumento de mobilidade e

desenvolvimento socioeconômico da população negra”. Sendo assim, o local reservado para esse grupo na sociedade e no Estado é marcado “pela opressão, pela exclusão social, pelo machismo, o racismo, a discriminação e o preconceito contra povos e culturas”.

O terceiro anuncia uma reação contrária aos avanços de políticas de combate ao racismo e desenvolvimento socioeconômico por parte da elite conservadora brasileira. Algumas dessas políticas são: a possibilidade da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; ampliação da titulação das terras de quilombos, e de uma política de cotas no acesso da juventude negra às instituições superiores de ensino. Salienta que a implementação dessas políticas são frutos de uma relação entre movimentos negros junto à SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2008). Portanto, naquelas eleições, o desafio enfrentado pelo movimento negro e demais movimentos sociais era se organizarem para vencer aquela onda conservadora capitaneada por uma “elite branca de olhos azuis” sustentada por partidos políticos implicados a ela, e construir um novo programa de igualdade racial e combate ao racismo.

O inciso número IV: “Alguns recados para a companheira Dilma Rousseff”, está subdividido em três tópicos, basicamente reivindicam: 1) reconhecimento de que a pobreza atinge preferencialmente parcela maior da população negra como consequência de uma sociedade estruturada nas desigualdades de gênero e raça; 2) Somente uma política articulada e contínua poderá encolher a dívida histórica e social que a sociedade brasileira tem para com a população negra e 3) A continuidade de medidas com objetivos de atingir preferencialmente anseios da população negra, compreendendo que características da violação de direitos humanos combinam raça e gênero afetando diretamente as mulheres negras demarcando um cenário de desagregação social e de redução da qualidade de vida.

Na parte final do documento, no inciso V, as entidades negras firmam sete compromissos

com a então candidata Dilma Rousseff à presidência da República. Em linhas gerais relacionam os três tópicos acima descritos para que toda estrutura do Estado inclua no processo de construção e execução de políticas públicas o reconhecimento de que o racismo impede o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira justamente por ela ser majoritariamente negra.

Nesse sentido, indica a articulação de raça e gênero como eixo estratégico no desenvolvimento de políticas públicas macroestruturais. Reivindica que ainda como ministra chefe da casa civil contribua na articulação política para aprovação da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. Em sendo eleita manter e reestruturar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir). Implementar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Ampliar os recursos orçamentários e financeiros do Programa Brasil Quilombola e promover demarcação, regularização fundiária e titularidade dos territórios quilombolas. Fortalecer as iniciativas dos Governos do Presidente Lula da Silva, de contribuir para o desenvolvimento e integração dos países da América Latina e da ampliação dos laços de amizade e cooperação do Brasil com o Continente Africano. E, por último, continuar a implementar as políticas públicas contidas na Declaração e Programa de Ação aprovadas na Conferência das Américas e na III Conferência Mundial contra o Racismo em setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

O processo de organização de um acervo tão vasto e diverso como o da Soweto Organização negra é o mesmo processo que um arqueólogo ou arquivista da memória negra faz, seja ele rastrear um discurso, convocar reuniões de ativistas, organizadores, agitadores e grupos, buscar recriar um som ou um sentimento do passado, “ressuscitar uma tendência política decadente ou uma forma de mobilização política” (Hanchard, 2008). Matheus dos Santos (estudante de graduação em História na Unicamp -Universidade Estadual de Campinas) e um dos bolsistas que participam da catalogação do acervo, também

descreveu a organização do acervo nas palavras de “admiração e pertencimento”. Admiração por todo o trabalho desempenhado desde as últimas décadas no final do século XX até a atualidade na luta contra o racismo e pela efetivação da cidadania para a população negra. Pertencimento, por encontrar referenciais que dizem respeito a sua subjetividade, mas que também fazem parte de um espectro político maior.

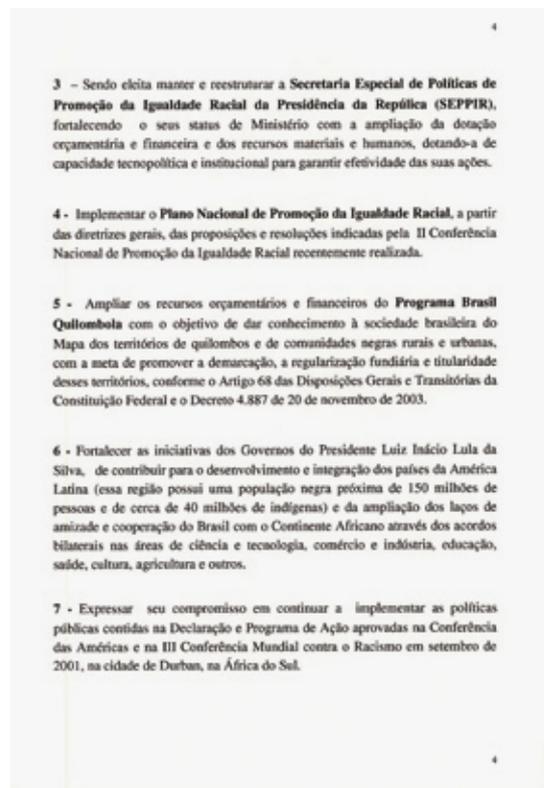
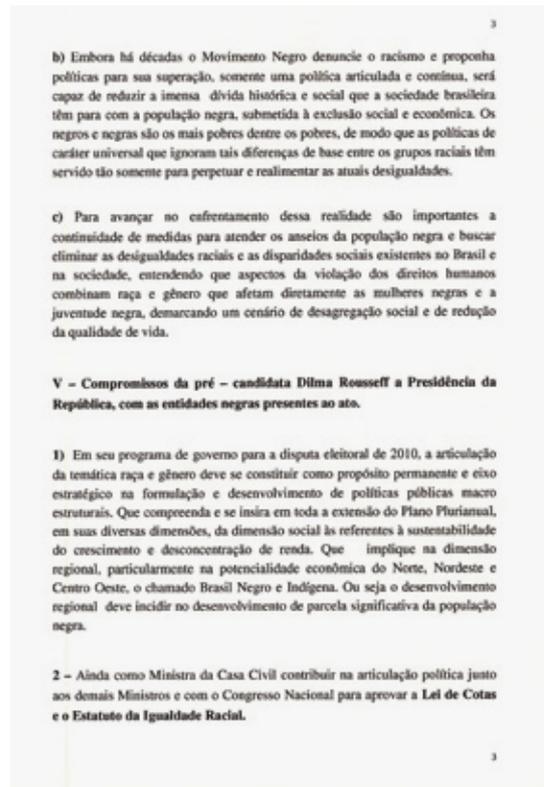
Esse relato evidencia como a documentação tem o mesmo objetivo que a obra “Assentamento” de Paulino: incidir na memória de pessoas negras na busca de um outro passado, uma outra genealogia, de uma outra representação, que diz respeito não apenas à sua história, mas à de todo um povo. O processo se assemelha ao da costura pois dependendo da maneira como você ajusta a linha (documento) no tecido, novos retalhos vão surgindo, onde os buracos que a agulha (quadro de arranjo) faz, acolhe a linha, mas não impede seu percurso. ♻️

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HANCHARD, Michael. *Black memory versus State memory: notes toward a method*. Small Axe 12, nº 2. 2008.

Rosana Paulino: *a costura da memória*. Curadoria Valéria Piccoli, Pedro Nery; textos Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua, Fabiana Lopes, Adriana Dolci Palma -- São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018.

Nasce o movimento negro unificado: Um salto de qualidade no tempo e na história. PEREIRA, N. M in *Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas*. Ennio Brauns, Gevanilda Santos, José Adão de Oliveira (org.). - São Paulo: Fundação Perseu Abramo: edições Sesc, 2020.



Páginas do documento “Roteiro da intervenção de Sonia Leite em nome das organizações negras presentes ao encontro com a Ministra Dilma Rousseff no Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores”

O PT E A MILITÂNCIA NEGRA, UM OLHAR A PARTIR DO FUNDO SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA

Guilherme Lassabia de Godoy

Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-Cebrap

Maria Julia Venâncio Ananias

Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP) e assistente de pesquisa no Afro-Cebrap

Os acervos do ativismo negro dos últimos 40 anos captados pelo Projeto Afro Memória, registram por diferentes ângulos a relação entre o movimento negro e os partidos políticos, uma questão fundamental para representação política durante o período democrático reestabelecido na década de 1980. Um caso emblemático que aparece com maior ênfase nos documentos acumulados sob a guarda da Soweto Organização Negra (SON) é a relação entre o Partido dos Trabalhadores e setores da militância negra organizados internamente no Partido, bem como em organizações do movimento negro. Os documentos expressam as disputas, críticas, desafios e propostas relacionadas à tentativa de conferir centralidade à questão racial nas instâncias internas e deliberativas do PT.

O destaque dado ao acervo da SON nesse âmbito se deve à relação próxima entre o PT e membros da organização, muitos deles filiados ao Partido desde a década de 1980, que participaram de marcos da história petista e chegaram a ocupar cargos de direção, como de Secretário Nacional de Combate ao Racismo e primeira Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), em 2003, durante

o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois de duas décadas de ditadura militar, ativistas negros passaram a adentrar com mais intensidade os partidos políticos por entendê-los como espaços importantes de organização e atuação política no processo de construção do novo contexto democrático. Essa entrada pressionou pela inclusão de atores do movimento negro e da questão racial tanto dentro dos partidos, em especial PT, PDT e PMDB à época, como na política brasileira como um todo. Com isso, militantes negras e negros criaram o primeiro espaço de autorganização negra dentro do PT em 1982, a Comissão de Negros, posteriormente consolidada como a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) em 1996 e que permanece ativa até hoje. Como tentativa de incidir politicamente nos rumos do Partido em esfera nacional, esse órgão organizou seis encontros nacionais durante as décadas de 1980 e 1990. Os dois primeiros ocorreram em 1987 e 1988 e foram chamados de “Encontro Nacional - O PT e a questão racial” e os outros quatro aconteceram em 1995, 1996, 1997 e 1999, tendo sido intitulados de “Encontro de negros e negras do PT”.

A criação de uma setorial negra visava elevar a disputa sobre a centralidade da questão racial internamente no Partido, pressionando por maior participação e representação negra nas instâncias partidárias e cargos de direção, bem como nas políticas, programas e candidaturas do PT no sentido de fortalecer e priorizar o combate à discriminação racial. Benedita da Silva pode ser considerada uma figura representativa deste processo, uma vez que esteve na fundação do Partido, participou ativamente da construção da Comissão de Negros, foi eleita vereadora em 1982, deputada federal em 1986, cumpriu papel fundamental na Assembléia Nacional Constituinte ao pautar o debate racial e disputou dentro do PT a posição de vice-presidente na chapa de Lula nas eleições de 1989.

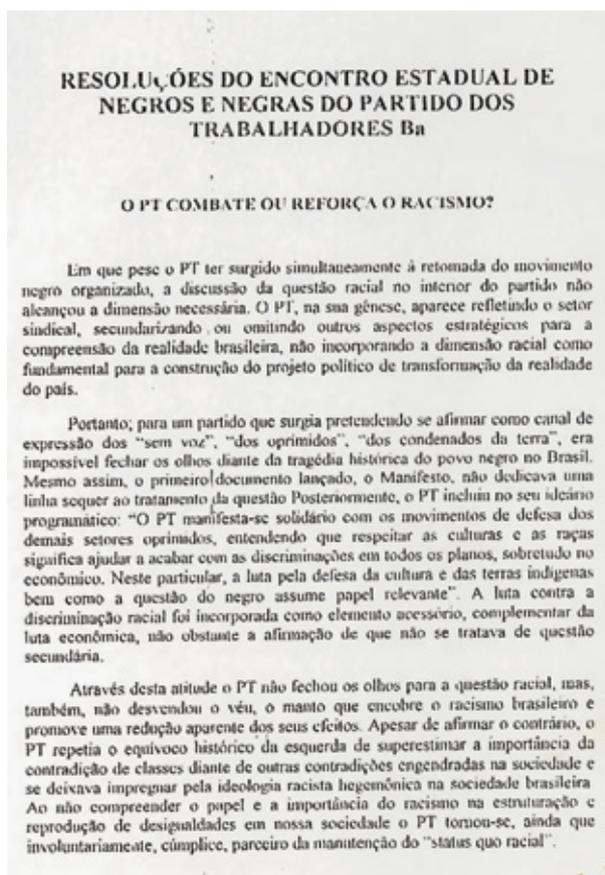
Os espaços intra-partidários organizados pelos militantes negros para abordar a questão racial e torná-la uma pauta central em toda prática partidária foram criados diante da constatação de grandes diferenças de oportunidade, recursos e posições existentes entre a militância negra e branca no interior do partido. Parte da documentação do acervo da SON expressa o pensamento de alguns militantes e coletivos negros do PT em relação a essa questão a partir de diferentes perspectivas. A partir da seleção e análise de alguns dos documentos representativos desse conjunto buscaremos apresentar algumas questões que parecem ser comuns aos setores negros organizados internamente no Partido e expressam posicionamentos compatíveis no que diz respeito ao diagnóstico e às proposições diante dessa situação, convergindo sobre a estrutura de poder do PT ser hegemonicamente ocupada por militantes brancos, sobre o Partido possuir mecanismos internos de discriminação racial e também sobre a necessidade de permanência dos militantes negros e da disputa pela hegemonia no partido a partir da subversão das estruturas partidárias por se entender que o PT é o partido que mais expressa as aspirações populares e o único no qual havia a possibilidade de alcançar a igualdade de oportunidades. Vale destacar que no sentido de reconhecer e avançar alguns passos na superação

das desigualdades internas, no IV Congresso do PT que aconteceu em 2011, o Partido adotou uma resolução que garante a paridade de gênero na composição das coordenações, setoriais e delegações, assim como aprovou as cotas étnico-raciais e de jovens para a composição dos diretórios¹.

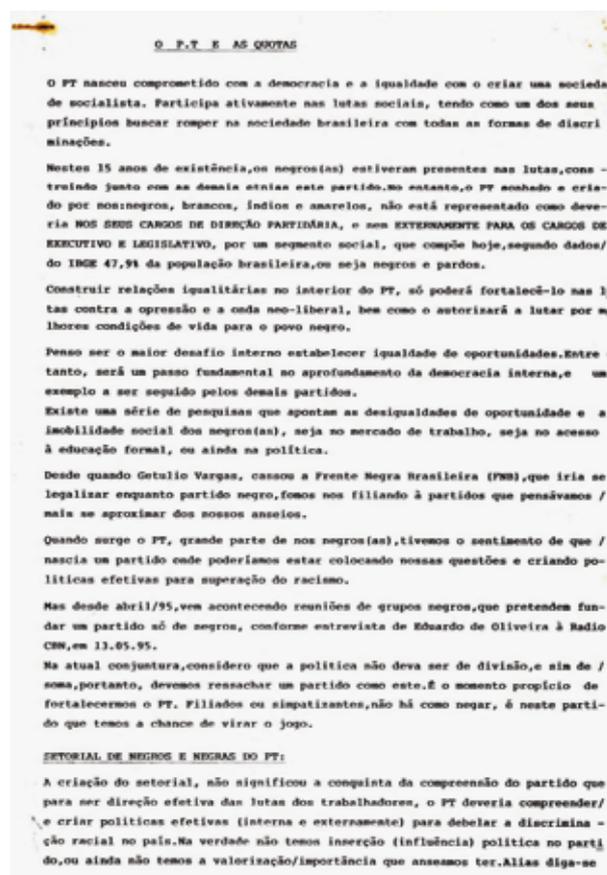
Apesar de aparecer com maior visibilidade no debate público apenas nas últimas eleições, a discussão sobre a necessidade de um maior número de candidaturas negras postulando a cargos legislativos é uma pauta reivindicada nas instâncias internas do PT pelo menos desde a década de 1980. Partindo do apontamento de que o PT não representa sua composição racial nos seus cargos de direção e nem nas candidaturas para legislativo e executivo, o documento “O PT e as quotas” redigido em 1995 pela militante Neide Aparecida Fonseca apresenta uma proposta de cotas internas para candidaturas negras com o intuito de tornar os processos eleitorais mais justos e alertar para a desigualdade na distribuição de recursos entre candidatos brancos e negros. Em outro documento do acervo da SON, intitulado “A construção da política de desigualdade racial no PT” e elaborado no contexto das eleições municipais de 2000, Edimilson Santos dos Santos, militante do Partido e do MNU da Bahia, aponta para a desvantagem das candidaturas negras em relação a recursos financeiros e visibilidade pública como justificativa para a adoção de cotas internas, apresentando que nas eleições municipais de 1996 o gasto com as candidaturas negras foi em média 235% menor do que com as candidaturas brancas eleitas, sendo que nas eleições municipais de 2000 essa diferença aumentou para 240%.

No documento “O PT combate ou reforça o racismo?”, produzido como resolução do Encontro Estadual de Negros e Negras do PT da Bahia ocorrido em janeiro de 1996, fazem-se presentes alguns questionamentos sobre as formas com que o Partido lidou com a questão racial historicamente. Nele, aparecem questões similares a

¹ Ver a Resolução da comissão executiva nacional sobre alguns itens da reforma estatutária, 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/congressos-nacionais-do-pt-resolucoes/>



outros documentos acumulados pela SON, como "O PT e a luta antirracista" de 1994, "Reflexões sobre uma luta duvidosa" de 1992 e o "Relatório da Reunião da Sub Secretaria de Negros do PT" de 1990, que abordam sobretudo a necessidade de um projeto político que contemple de maneira central a questão racial e dê abertura para o protagonismo de militantes negros e negras. Nesse documento em especial, faz-se a análise de que a raça nunca foi um elemento fundamental do projeto político do PT, sendo apenas incorporada de forma secundária, discursiva e complementar ao discurso de classe - o que se expressa de forma direta na forma "quase invisível" que a desigualdade racial foi mobilizada nas campanhas de Lula à presidência em 1989 e 1994. Por fim, a resolução conclui que os espaços de poder não serão cedidos aos militantes e setoriais negros sem que haja uma forte reivindicação e pressão, afirmando a necessidade de que o combate à discriminação racial saia do discurso e se efetive em políticas.



Um dos objetivos deste artigo foi apresentar um panorama das relações entre PT e movimento negro entre as décadas de 1980 e 1990 do ponto de vista do conjunto circunscrito de documentos acumulados pela SON que foram produzidos por militantes petistas negros e negras organizados em diferentes instâncias do partido. Pela inserção de parte de seus membros no PT, a SON, mesmo que não diretamente representada dentro do Partido, preservou parte importante da memória da atuação de militantes, candidaturas, coletivos e setoriais negros nos espaços de discussão e deliberação do PT. Essa memória tem como suporte uma diversidade de documentos que expressam as diferentes formas de participação, as disputas e os sentidos da ação coletiva organizada nas instâncias intrapartidárias voltadas a debater e impulsionar o debate e as políticas voltadas ao combate ao racismo e às desigualdades raciais na sociedade brasileira e no próprio Partido.

O conjunto documental pertencente ao acervo da SON revela a heterogeneidade e a multiplicidade das iniciativas, estratégias e das posições que caracterizavam a organização da militância negra petista. Nesse sentido, apesar do esforço empreendido neste artigo de apresentar algumas questões convergentes às diferentes formas de mobilização de militantes negros e negras dentro do PT, há um grande potencial analítico presente nesse acervo que aponta para questões que pelo limite deste artigo não foram analisadas. Algumas delas são: as estratégias mobilizadas diante do diagnóstico da existência de uma discriminação ou hegemonia racial no PT, a revisão crítica da própria organização e atuação do movimento negro vinculado ao PT, a efetividade das ações da SNCR em conseguir seus objetivos tanto dentro do partido como na formulação de políticas intersetoriais de combate às desigualdades raciais, entre outras.

A aproximação entre militantes negros e negras e partidos políticos, ainda que não tenha transformado radicalmente a estrutura e funcionamento partidário, cumpre função fundamental de incidência política, no sentido de concretizar a incorporação da questão racial como elemento transversal à organização, elaboração e atuação política e partidária no Brasil. Além disso, irradia luz sobre a necessidade de aplicar um conjunto de medidas que podem contribuir para participação e representação efetiva de negras e negros em espaços de poder, como mais igualdade na distribuição de recursos financeiros entre candidaturas brancas e negras, e espaços de formação política visando o fortalecimento da militância negra dentro e fora dos partidos.

Ao compreender o legado deixado pela escravidão e o racismo enquanto estruturante de todos os âmbitos da sociedade brasileira, como mostram dados de violência, educação, mercado de trabalho e representação política, avançaram as elaborações de políticas de redução das desigualdades e promoção da igualdade racial, implementadas sobretudo pelo Estado brasileiro. Exemplos desses avanços são a aprovação da Lei Federal 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas” nas universidades e institutos federais, e a [decisão](#)

[do TSE](#) que, a partir de 2022, a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral seja proporcional ao total de candidaturas negras de cada partido.

Segundo dados de declaração étnico-racial das candidaturas registradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2022 mulheres negras são a [maioria das candidatas do PT](#), que declarou que por meio de uma parceria entre diferentes instâncias do Partido – Secretaria Nacional de Mulheres, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e Fórum Nacional de Mulheres Negras – tem buscado “impulsionar e ampliar a participação de mulheres na política”, com foco nas mulheres negras. Apesar dos obstáculos e de negras e negros continuarem sub-representados nos cargos dos poderes Executivo e Legislativo, na última década tem-se visto um crescimento significativo de candidaturas ligadas ao movimento negro, bem como do alcance e influência do debate racial nos espaços partidários, midiáticos e políticos em geral. ♀

CRITÉRIOS E AVALIAÇÕES: A PARTICIPAÇÃO NEGRA NOS PRIMEIROS GOVERNOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Franco da Costa Nascimento

Historiador e doutorando em Sociologia no IESP/UERJ

A década de 1980 marca um período de relevante efervescência na história política brasileira, simbolizada, entre outras coisas, pelo retorno dos exilados – em consequência da Lei da Anistia de 1979 –, a construção de novas organizações político-partidárias, a continuação de partidos que já existiam durante a ditadura militar, a realização de eleições estaduais em 1982, a emergência de novos atores e movimentos sociais, além da campanha pelas Diretas Já em 1984, a promulgação das Constituição Cidadão em 1988 e as novas eleições em 1989. Esta série de eventos forneceu as bases para o que é classificado enquanto processo de redemocratização do país e é essencial para a compreensão do sistema político nacional e a emergência de novos personagens, ideias e

discursos na esfera política e social brasileira.

Enquanto elemento que constitui o processo de reabertura política, as eleições relativas aos Governos nos Estados de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) permitem compreender as possibilidades de diálogo entre o campo de esquerda e democrático à época e os diversos movimentos sociais, incluindo as mobilizações negras nos respectivos estados. Apesar de a relação entre questão racial e partidos se manifestar nas obras de Rufino (1985), Santos (1992), Hanchard (2001), Soares (2009), Rios (2014), Campos (2015), entre outros, as avaliações relativas à participação de negros e negras nas primeiras administrações estaduais ainda é pouco examinada no campo das ciências humanas.

Os governos dos governadores

Em São Paulo, o candidato eleito ao Governo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi Franco Montoro. Na condição de pretendente ao executivo paulistano, uma das características da sua candidatura era a interação com demandas produzidas pelo Movimento Negro e organizações negras ligadas ao próprio partido. Em contrapartida, no Rio de Janeiro, Leonel Brizola, por meio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), como candidato estabeleceu diálogos com a questão racial, mas também particularizou o assunto, concebendo a Secretária do Movimento Negro do PDT, que dispunha da presença de pessoas como Abdias do Nascimento, Edialda Salgado do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves e também de pessoas ligadas ao Instituto de Pesquisas Negras (IPCN).

No entanto, enquanto Governos Estaduais eleitos, as administrações identificadas com a temática racial adotaram posturas no âmbito representativo e dialógico consideravelmente distintas. Desta forma, com o propósito de evidenciar tal diferença, será utilizada a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* intitulada “Presença no governo não exclui racismo”, na qual personagens políticos conversam e exploram a problemática racial nos primeiros Governos Estaduais.¹

A conclusão do debate “Os negros e a Oposição”, realizado pela “Folha”, foi unânime: a presença do negro no primeiro escalão de governo não significa que a questão racial esteja definitivamente resolvida no Brasil, embora se consulte no canal para a sua reivindicação. A comunidade negra entende que é preciso estabelecer uma luta permanente para conquistar espaço maior na sociedade e preservar seus valores étnico-culturais. E essa luta, na opinião dos debatedores e convidados especiais, deve contar com respaldo de todos os negros, para que se acelere o processo de implantação de uma

verdadeira democracia plurirracial no país. (Folha de São Paulo, 1983, p. 12).

São Paulo

A mobilização e o protesto negro se constituíram por diferentes motivos de combate ao racismo, entretanto o principal ponto de dissonância com os tradicionais dizeres do pensamento social brasileiro era a ideia de democracia racial. Ainda que a perspectiva democrática concretizada nas obras de Gilberto Freyre expresse qualquer perversão para além do poder político representativo, a proposta antagônica baseia-se na plurirraciedade manifesta em relação à construção político-partidária e a presença de pessoas negras nos espaços de decisões e de governança.

A reivindicação pela representação se tornou uma das principais pautas das mobilizações em referência à problemática e à construção dos partidos e dos governos estaduais durante os primeiros anos de redemocratização. Porém, negros, movimentos e partidos experimentaram dinâmicas diferentes em virtude de compressões particulares dos governadores eleitos.

No debate organizado pelo *Folha*, o professor Hélio Santos do PMDB expôs que, apesar das promessas e conversas estabelecidas entre Montoro e o movimento sobre a questão racial no Governo paulistano, a ausência de pessoas negras na administração era produto da incapacidade e desmobilização dos setores negros, mas também do próprio partido. “O que aconteceu aqui é que houve uma derrota dos movimentos negros, que não obtiveram uma Secretaria de Estado por causa de divisionismo, não apenas nesses movimentos como também nos partidos” (Folha de São Paulo, 1983).

Nessa fala, é caracterizado que divergências internas foram fatores que contribuíram para a não realização da demanda. No entanto, em seguida, também são expostas as dificuldades das reivindicações e candidaturas negras no interior de outras agremiações políticas em São Paulo, incluindo o Partido dos Trabalhadores.

¹ As citações utilizadas neste texto são falas de Hélio Santos e Carlos Alberto Caó de Oliveira, em entrevista à *Folha de São Paulo* em 8 de maio de 1983.

Segundo o integrante do diretório do PMDB em São Paulo, os candidatos negros do PT trabalharam com muita dificuldade. E dentro de todos os setores do PMDB, com exceção do governador Montoro, que abriu as portas para os movimentos, não houve receptividades às reivindicações dos negros. (Folha de São Paulo, 1983, p. 12)

Assim, as posições de Hélio Santos responsabilizam os movimentos negros em relação às dificuldades para a própria unidade interna, mas além disso atribui aos partidos a incapacidade de incorporar as pautas e as demandas dos movimentos negros dentro da gestão de Franco Montoro, governador eleito pelo mesmo partido de Hélio.

Rio de Janeiro

No mesmo evento, o representante da administração pedetista, Carlos Alberto Caó de Oliveira, foi secretário de Estado na pasta de Trabalho e Habitação. O também membro do Movimento Negro carioca e ligado ao PDT direcionou as suas palavras em defesa do seu aliado político.

Veja só o que Brizola fez. Escolheu quatro negros para secretários de Estado, logo no Rio de Janeiro, que é o cartão de vistas do Brasil [...] O secretário disse que ainda hoje existe uma reação surda de desaprovação dessa atitude do governador Brizola por parte das elites do Rio de Janeiro. Não obstante esse aspecto negativo, Carlos Alberto lembra que a indicação de secretários de Estado negros representa um avanço nas relações da comunidade. Ele reconhece, entretanto, que não basta nomear um negro para o primeiro escalão de um governo, para que os preconceitos sejam eliminados. A presença de negros no primeiro escalão da administração Brizola, ainda segundo Carlos Alberto de Oliveira, foi uma das formas que o governador encontrou de expressar o compromisso do PDT, de praticar uma política antirracista. (Folha de São Paulo, 1983, p. 12)

Embora a atitude não decreta o fim do racismo, a participação de negros no Governo manifesta o diálogo do PDT com as demandas das organizações negras existentes na primeira metade da

década de 1980. Além disso, a presença negra é constantemente assentada nos documentos fundadores do partido, como *A carta de Lisboa* (1979), estabelecendo o compromisso do PDT com a questão racial. Tal compromisso também resultou no empenho do partido em estabelecer Abdias do Nascimento como Deputado Federal, para se tornar representante das questões dirigidas às populações negras.

Considerações finais

O PMDB de Franco Montoro e o PDT de Leonel Brizola não podem ser comparados, na opinião do Professor Hélio Santos, que qualificou o governador do Estado do Rio como “um político acima da média brasileira, porque teve a oportunidade de viver em exílio. (Folha de São Paulo, 1983, p. 12)

A comparação que aqui se faz entre os Governos de São Paulo e do Rio de Janeiro não se constitui por meio da intenção de considerar qual é a melhor administração para as organizações e pessoas negras nos respectivos estados. O objetivo é trazer para a literatura do campo sociológico os diálogos e avanços obtidos pelas entidades negras durante os primeiros anos de redemocratização.

Embora a questão racial dentro do PDT se manifeste em diferentes autores e autoras, os trabalhos de Santos (1992), Soares (2009) e Rios (2014) são os que buscam se aprofundar no assunto. Assim como Hélio Santos, as autoras também consideram que a questão racial na organização trabalhista se constituiu a partir de personalismos, subtraindo das suas leituras as participações de movimentos e atores políticos externos à “cúpula do PDT”, representada sobretudo na figura de Leonel Brizola.

Nesse sentido, tal perspectiva contribui para o esvaziamento da participação negra nos casos de “sucesso” e, em alguma medida, reforça a ideia de responsabilização dos negros e negras nos casos de ausência, como é manifestado por Hélio Santos. Ou seja, ao legitimar a “cúpula brizolista”

como a melhor alternativa política para a população negra, de algum modo reduz a construção coletiva e reforça todos os preceitos populistas direcionados às lideranças trabalhistas.

A representação política negra nas primeiras administrações estaduais ainda é insuficientemente examinada. Isso acaba por possibilitar leituras que desconsideram o papel e a influência de personagens negros nos partidos e espaços políticos. O que se buscou propor aqui foi uma compreensão um pouco mais ampla de algumas atitudes político-partidárias. Tentativas como a do PDT são lidas a partir do personalismo, na contramão das análises sobre as organizações progressistas de São Paulo. No entanto, talvez seja interessante considerar que o PDT também possa ter nomeado secretários negros durante o primeiro Governo de Brizola a partir de desejos, negociações e demandas no Movimento Negro. ♀

REFERÊNCIAS

- BRIGAGÃO, Clóvis. *Brizola*. Editora Paz e Terra, 2015.
- CAMPOS, Luiz Augusto. “Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012.” *Dados* 58 (2015): 689-719.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. EDUERJ, 2001.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. “O ‘mundo negro’: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).” (2010).
- SANTOS, Gevanilda. *Partidos políticos e etnia negra*. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais. 1992.
- SENTO-SÉ, João Trajano. “As várias cores do socialismo moreno.” *Anos 90* 11.19 (2004): 49-76.
- SOARES, Claudete Gomes. “Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003).” (2009).
- RIOS, Flavia. “A questão racial na formação dos partidos brasileiros.” *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política* 3.02 (2014): 164-195.
- SANTOS, Joel Rufino dos. “O movimento negro e a crise brasileira.” *Política e administração* 2.2 (1985): 287-307.

POR UMA REFLEXÃO ANTIRRACISTA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DE 2022

Gevanilda Santos

Historiadora, fundadora e integrante da Soweto Organização Negra

Este artigo é uma reflexão dentre outras, e, junto aos novos pesquisadores afirma a metodologia de-colonial da resistência negra e indígena, bastante reflexiva do racismo estrutural e institucional, cujo impacto na sociedade brasileira se espraia em todas as camadas da sociedade, e, dinamicamente, interfere e altera a conduta no mundo do trabalho, na vida cultural e na esfera político-partidária, preservando vantagens para uns e desvantagens para outros. O racismo na esfera político-partidária vem preservando vantagem social, econômica e cultural para os representantes do setor conservador (homem branco, rico, heterossexual) e desvantagem à população trabalhadora, principalmente a negra e a indígena. O assunto titular do artigo será tratado para indagarmos o alcance da representatividade de negros e negras no cenário político brasileiro. Caleidoscopicamente, observa-se as várias faces de um mesmo momento eleitoral e, na medida do possível, aponta a perspectiva “sankofa” sem anacronismo. O apoio instrumental é da memória ancestral e/ou memória documental, gentilmente, apresentada pelo Projeto Afro Memória.

O artigo retoma a importância do estudo da representatividade de negros e negras inaugurado nas décadas de 1980 e 1990. A autora é uma pesquisadora das relações raciais e ativista da Soweto Organização Negra e elegeu o tema da cidadania de negros e negras na sua pesquisa, em âmbito da dissertação de mestrado, “Partido Político e Etnia negra”¹, dando continuidade ao tema antes pesquisado por Ana Lucia Valente. Dialogando com o conceito de cidadania plena na sociedade democrática, explícito e/ou implícito nas bibliografias de Milton Santos, Nilma Lino Gomes e Boaventura Souza Santos².

1 No ano de 1993, GEVANILDA SANTOS defendeu tese de mestrado na PUC SP, cujo tema “Partidos Políticos e Etnia Negra” verificou entre outros temas o impacto do discurso do Movimento Negro Unificado – MNU (1978) e as organizações contemporâneas no pluripartidarismo brasileiro (1979). Ver temática da tese no livro “O negro e o socialismo – Octavio Ianni (et al), São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005 - Coleção Socialismo em Discussão.

2 Ver SANTOS, M. – O espaço do cidadão, Rio de Janeiro, Nobel, 1993; GOMES, N.L. – O Movimento Negro Educador, Petrópolis: Vozes, 2017 e SANTOS, B.S - Construindo as Epistemologias do Sul. Antologia. Vol. I e II. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

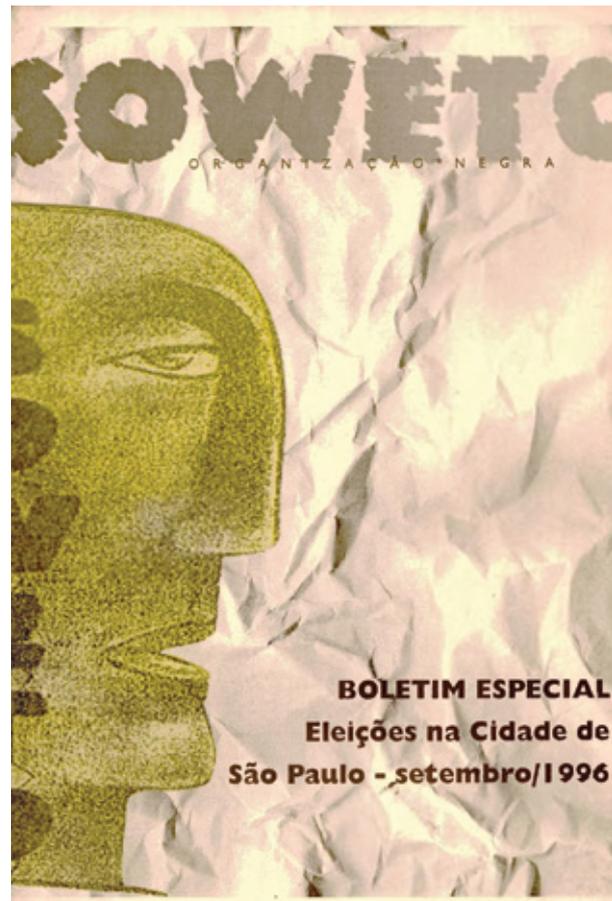
A MEMÓRIA POLÍTICA

A partir do contexto histórico - o fim do bipartidarismo, a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a regulamentação do pluripartidarismo e a luta pela universalização / periferação dos direitos da Constituição de 1988 - o tema da representatividade de negros e negras ressurge no cenário político brasileiro, e, de lá para cá, adentrou os municípios e os estados da União, ora na representação parlamentar, ora na gestão municipal, estadual e ministerial do Governo Federal.

A cada período eleitoral recorremos à memória política que provoca reflexão, reposicionamento eleitoral, silenciamento e guarda fatos inusitados adormecidos no inconsciente coletivo, característicos dos avanços e recuos na representatividade de negros e negras, cuja dinâmica merece avaliação histórica e basilar do combate ao racismo, a fim de fortalecer a memória política da sociedade brasileira. Fatos inusitados foram amplamente debatidos com argumentos de todos os lados, a exemplo das candidaturas negras vitoriosas e o aumento da representatividade negra nos partidos políticos.

A observação participante elegeu neste breve estudo um caso simbólico e vitorioso de candidatura negra adormecida no inconsciente coletivo brasileiro. As candidaturas pioneiras, vitoriosas nos cargos parlamentares ou do executivo municipal e estadual têm significados diferentes quando impactam a representatividade da população negra, o universo da cidadania e/ou na democracia representativa brasileira e o racismo estrutural e institucional.

Nesse quadro destacamos o pioneirismo da vitória eleitoral do governador Alceu Colares (1982) do partido político de Leonel Brizola (PDT-RS). A vitória eleitoral inusitada do prefeito Celso Pitta (1996) do partido PPB, atual PP - um partido político novo considerado um filhote do malufismo, para administrar a capital paulista, uma das maiores cidades da América Latina. E a inusitada trajetória política eleitoral de Benedita da Silva (a



Acervo Soweto / Afro Cebrap

partir de 1982) do (PT-RJ) que valorizou a projeção política da mulher negra até os dias atuais.

São marcos históricos para investigação da temática das candidaturas negras, do uso e sentido da temática nas siglas partidárias e o ineditismo da vitória em uma sociedade comprometida com o mito da democracia racial³. Para auxiliar a reflexão elencamos um conjunto de problemáticas que aguarda investigação detalhada:

Nos períodos eleitorais contemporâneos a valorização identitária de matriz afro-indígena, é recorrente, porém não tem correspondência com a cidadania coletiva? A incorporação da temática da representatividade de negros e negras e/ou do combate ao racismo nos partidos conservadores é significativa? A incorporação

³ Ver SANTOS, G. As relações raciais e a desigualdade no Brasil, São Paulo, Selo Negro, 2009.

da temática da representatividade de negros e negras e/ou do combate ao racismo nos partidos progressistas é significativa quando há o protagonismo das lideranças do Movimento Negro Brasileiro? A sub-representação de negras e negros no cenário político brasileiro estimula reflexão do alcance da democracia representativa brasileira? A trajetória política dos parlamentares ou gestores, a exemplo de Adalberto Camargo, Teodosina Ribeiro, Alceu Colares, Abdias Nascimento, Celso Pitta, Marina Silva, Benedita da Silva dentre outros) retrata a representatividade individual e/ou cidadania dos parlamentares e fortalece a democracia representativa brasileira? A cidadania de negros negros no âmbito coletivo estimula investigação programática dos partidos políticos no tocante ao fim do racismo estrutural e institucional?

AVANÇOS E RECUOS NA REPRESENTATIVIDADES DE NEGRAS E NEGROS

Os recuos e a descontinuidade do sucesso eleitoral de negros negros caracteriza a sub-representação nos poderes legislativos, executivos e judiciário nacional. Os avanços se apesentam quando ocorre maior visibilidade da representatividade de negros e negras em determinados partidos políticos. Tal fenômeno eleitoral foi impulsionado pelo protagonismo do Movimento Negro Unificado (MNU) e das organizações negras contemporâneas que alavancaram este debate na sociedade brasileira.

O cenário da democratização aberto no Brasil na década de 80 criticou o autoritarismo remanescente da Ditadura Militar aninhou e fortaleceu a ideia da participação de negros e negras na sociedade brasileira aflorando a inexistente representatividade partidária. No período, as lideranças protagonizaram a inserção e a formação de núcleos de combate ao racismo no interior dos seguintes partidos políticos: Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido dos Trabalhadores - PT; Partido do Movimento Democrático

Brasileiro - PMDB e o Partido Comunista do Brasil - PC do B. Tais agremiações - remanescentes do pluripartidarismo e do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e as organizações negras contemporâneas - incorporaram a participação de liderança negra, exceto, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o PDS e as suas dissidências, o Partido Progressista Brasileiro - PPB.

Na década de 1990, o jovem e desconhecido partido político PPB, de vida partidária efêmera, na convenção escolheu uma representação negra para disputar a prefeitura de São Paulo, o economista Celso Pitta, para representar a sigla. Segundo a Agência Nacional de notícias, a sigla partidária foi uma dissidência do PDS⁴.

A hipótese a ser melhor investigada diz respeito às exceções partidárias refratárias aos apelos do combate ao racismo. A suposição é que são comprometidas com a ideologia liberal e valores a ela intrínsecos. Via de regra, os valores são socialmente conservadores - meritocracia, valorização do mercado competitivo, o etnocentrismo, o individualismo intrínseco ao capitalismo dependente - imbuídos do mito da democracia racial, ou seja, não admitem o racismo.

Tais partidos políticos, a exemplo do PPB que adotou Celso Pitta, na expectativa da projeção social liberal, da via de ascensão social individual e não coletiva. Tal fenômeno eleitoral promoveu a valorização identitária de matriz afro-indígena, porém não há correspondência com a cidadania coletiva. Haja vista que não admitiu um programa de combate ao racismo estrutural e institucional. Barganham aspectos programáticos do combate ao racismo favorável aos interesses da legenda partidária e seus valores intrínsecos

⁴ Em 1993, o PDS fundiu-se se ao Partido Democrata Cristão (PDC) e passou a se chamar Partido Progressista Reformador (PPR). Em 1995, fundiu-se com o Partido Progressista (PP), fundado pouco antes, e mudou o nome para Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em abril de 2003, por decisão da convenção nacional do partido, a nomenclatura da agremiação foi mais uma vez modificada, e o partido passou a se chamar Partido Progressista (PP).

Ver <https://www.camara.leg.br/noticias/90157-pluripartidarismo-teve->, 21 setembro 2022, 7:50 hs. Fonte: Agência Câmara de Notícias

e desfavorável à agenda de combate ao racismo e da democracia participativa.

O seminário realizado pela SOWETO Organização Negra por ocasião das eleições municipais de 1996 que deu vitória ao prefeito Celso Pitta em São Paulo inaugurou um debate sobre o perfil conservador do eleitorado paulista e é ilustrativo das contradições subjacentes ao combate ao racismo na sociedade brasileira no âmbito partidário.

O Boletim Especial Eleições na cidade de São Paulo publicado em setembro de 1996 é uma memória documental deste processo. Ele traz opiniões de lideranças acerca da temática além de trazer até o período contemporâneo o debate da representatividade de negras e negros e sua relação com os partidos políticos.

Um debate ocorrido há mais de 25 anos retrata a importância da trajetória das candidaturas negras alertando sobre diversos riscos: a questão racial e/ou voto racial adentrar o jogo de interesse dos partidos políticos e não avançar programaticamente no combate ao racismo na cidade de São Paulo. Suscita reflexão acerca da dominação e/ou submissão do prefeito Celso Pitta aos desígnios do malufismo. Na época, indaga se no futuro haveria repercussão positiva da vitória de Celso Pitta para as crianças negras. Indaga a motivação conservadora comum a Maluf e Pitta. Aponta as divergências de interesses entre os partidos políticos conservadores coligados que apoiaram a campanha eleitoral vitoriosa de Celso Pitta e, após acusação de corrupção administrativa, o abandonam à própria sorte. Retrata ao eleitorado paulista o uso e sentido da disputa entre partidos conservadores, apoiadores de Celso Pitta e os partidos políticos progressistas reunidos no entorno da candidatura de Luiza Erundina, derrotada nesse pleito.

À época, a imprensa – especialmente, a Folha de São Paulo, a Revista Veja e a revista Isto é – se apressou em repercutir a novidade eleitoral: os conservadores paulistas entorno do PPB, partido dissidente do PDS e carente de vitória eleitoral renovaram o poder e modernizaram a sigla partidária. O significado da cor da pele, a identidade racial do candidato Celso Pitta, foi destacada e

realçada ao ponto de equivaler a imagem e a conduta partidária como um todo. O que não foi dito é que o objetivo principal era manter o status quo vigente. O universo programático conservador da sigla passou despercebido e longe das reivindicações de interesse dos grupos sociais populares negro e indígena. A imagem da sigla partidária conservadora se esvaiu e foi substituída por imagens da justiça social, dos direitos humanos e do combate ao racismo.

Deste modo, nas eleições de 1996, em São Paulo, o PPB, para além do malufismo sensibilizou o eleitorado paulista para a questão da representatividade de negras e negros. O impacto da incorporação da temática da representatividade de negros e negras nos partidos conservadores ainda é uma incógnita e aguarda novas investigações. Geralmente, a incorporação da representatividade é atribuída aos profissionais técnicos da comunicação e não a intervenção dos núcleos internos dos partidos políticos que atuam no combate ao racismo. São protagonizados por lideranças eleitas e regulamentadas partidariamente. Os avanços e recuos da representatividade de negras e negros é diluída, fragmentada e cooptada/apropriada em nome da modernização conservadora e autoritária.

Outro aspecto a ser investigado, estatisticamente, em opinião pública ou acadêmica é o impacto do ineditismo da vitória das candidaturas negras no processo democrático brasileiro. O quanto contribui para a compreensão do perfil do eleitorado antirracista, o alcance das candidaturas negras e da representatividade política diante das reivindicações e/ou compromissos eleitorais pactuados com o Movimento Negro Brasileiro, o uso e o sentido da incorporação das reivindicações contra o racismo nas siglas partidárias e sua importância a médio e longo prazo.

Naquele momento os autores do Boletim Especial criticaram o uso e o abuso do malufismo ao se utilizar da questão racial de modo superficial. O legado do seminário expresso no Boletim ainda borbulha no cenário eleitoral e questiona qual a perspectiva dos partidos políticos conservadores e progressistas em combater o racismo.

Até o momento as contradições envolvendo o jogo da pressão por mais poder no interior de cada partido político está recheada de interesse imediato, superficial e casuístico. A importância da representatividade político-partidária diante das relações sociais desiguais aguarda melhor desempenho⁵. Sigamos avaliando a importância da temática no cenário político nacional até quando o racismo recrudesce. ☹

5 Atualmente os dados veiculados na imprensa admitem sub-representação. Levando em conta que

56% da população brasileira é negra os dados atualizados do STF apontam percentual de deputados federais autodeclarados negros de 24,3% (104 pardos e 21 negros). Ver <https://www.cartacapital.com.br/justica/como-a-populacao-negra-foi-excluida-do-processo-eleitoral/> acesso 12 setembro 19.32 hs.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. – O espaço do cidadão, Rio de Janeiro, Nobel, 1993;

GOMES, N.L. – O Movimento Negro Educador, Petrópolis: Vozes, 2017.

SANTOS, B.S - Construindo as Epistemologias do Sul. Antologia. Vol. I e II. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, G. O negro e socialismo – Octavio Ianni ... (et al), São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005 - Coleção Socialismo em Discussão.

_____. As relações raciais e a desigualdade no Brasil, São Paulo, Selo Negro, 2009.

Sites:

www.camara.leg.br/noticia

www.cartacapital.com.br

ZUMBI



**300 anos de
resistência**

1695 - 1995

Ato Público Nacional

Entrega de documento reivindicatório a FHC

música

dança

performances

oficinas

MNU . Ilê Obá . Ase Dudu

CMN. CUT

**Esplanada dos
Ministérios**

a partir das 10:00h

**20 de novembro
DIA NACIONAL DA
CONSCIÊNCIA NEGRA**

RACISMO NÃO !



educação . saúde . emprego . direitos da mulher . moradia

Organ

O

Crédito das imagens: Fundo Soweeto Organização Negra, AEL-Unicamp / Afro-CEBRAP



II ENC

DE N



AFRO

Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial